

# **INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA**



**Fernando de Abreu Santos**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

XXXI Curso de Formação de Oficiais de Polícia

## **Técnicas de Intervenção Policial: A Preparação no Curso de Formação de Oficiais de Polícia**

**Orientador:**

Ezequiel Agostinho Maciel Rodrigues

Subintendente, Professor Doutor

Lisboa, 07 de maio de 2019



# **Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna**



**Fernando de Abreu Santos**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

XXXI Curso de Formação de Oficiais de Polícia

## **Técnicas de Intervenção Policial: A Preparação no Curso de Formação de Oficiais de Polícia**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação científica do Subintendente, Professor Doutor Ezequiel Agostinho Maciel Rodrigues.

# Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



**Estabelecimento de ensino:** Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

**Curso:** XXXI Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**Autor:** Fernando de Abreu Santos

**Orientador:** Subintendente, Professor Doutor  
Ezequiel Agostinho Maciel Rodrigues

**Título:** Técnicas de Intervenção Policial:  
A Preparação no Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**Local de edição:** Lisboa

**Data de edição:** 07 de maio de 2019



## DEDICATÓRIA

*À minha filha Gabriela e à Catarina*

*Pelo amparo emocional ao longo*

*deste tempo de ausência...*

## **AGRADECIMENTOS**

Eis que chegou o derradeiro momento – a entrega da Dissertação de Mestrado. Esta é a etapa final, o culminar de um longo percurso cheio de sacrifícios, conquistas e aquisição de conhecimento. É também o momento de reflexão e agradecimento. Consciente de que não conseguirei, aqui, de forma individual, agradecer a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para o meu sucesso, deixo aos “anónimos” o meu OBRIGADO.

Ao meu orientador, Subintendente Ezequiel Rodrigues, que desde o primeiro momento acolheu este trabalho, traçando comigo o caminho que me guiou até aqui.

À Polícia de Segurança Pública, instituição à qual me orgulho de pertencer, por esta experiência e oportunidade única.

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, a todos, sem exceção, que aqui trabalham, cuja disponibilidade e ajuda foram um contributo determinante em cada momento deste meu percurso.

À AAISCPSI, na pessoa do seu presidente, Nuno Albardeiro pelo labor desenvolvido em prol deste trabalho.

Aos Aspirantes Nina Ribeiro e Pedro Fernandes pela valorosa troca de conhecimentos no âmbito desta dissertação.

Ao Agente Principal Ricardo Teixeira, pela disponibilidade e partilha de conhecimentos no âmbito deste estudo.

A todos os Oficiais e alunos, que contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos familiares e amigos, sempre presentes, em particular à minha irmã Susana, pelo importante suporte durante estes cinco anos.

À Catarina Rodrigues, pelo incentivo e apoio incondicional ao longo de todo este percurso, sem a qual este momento não se tinha concretizado.

A todo o XXXI CFOP, pela camaradagem e experiências vividas durante estes anos, a quem desejo grandes sucessos policiais.

À família 15, fruto da tradição fielmente mantida, aos que já saíram e, sobretudo, aos que ficam, pela responsabilidade que herdaram, boa sorte.

Ao BASEAU, grupo coeso e viajado, grandes camaradas, um suporte hoje e, certamente, no futuro.

A todos, o meu sincero OBRIGADO.

Fernando Santos

## RESUMO

A formação em Técnicas de Intervenção Policial é uma área pouco estudada. Existe, por isso, uma lacuna em conhecer o quão preparados se sentem os alunos e os Oficiais de Polícia, do Curso de Formação de Oficiais de Polícia e qual a importância que atribuem a esta formação. Sem esse conhecimento não é possível aferir se os Oficiais de Polícia possuem as ferramentas adequadas para realizarem um serviço eficaz e eficiente, neste âmbito. O objetivo deste estudo foi apurar a percepção que os alunos e os Oficiais (ex-alunos do Curso de Formação de Oficiais de Polícia) têm sobre a sua preparação em Técnicas de Intervenção Policial no Curso de Formação de Oficiais de Polícia. Para alcançar esse objetivo aplicou-se um inquérito por questionário a estes dois grupos. Os resultados obtidos revelam que ambos os grupos de inquiridos consideram muito importante a formação em Técnicas de Intervenção Policial para as funções de um Oficial de Polícia, sentindo-se, porém, pouco preparados nesta área e insatisfeitos com a formação recebida durante o Curso de Formação de Oficiais de Polícia. Concluiu-se, ainda, que o nível de preparação está diretamente relacionado com a formação recebida, no sentido de que quem fez a formação em Técnicas de Intervenção Policial com a respetiva avaliação teórica e prática se sente melhor preparado relativamente àqueles que não fizeram tal formação ou, tendo-a feito, não foram sujeitos a qualquer avaliação.

**Palavras-chave:** Polícia; Formação; Técnicas de Intervenção Policial; Curso de Formação de Oficiais de Polícia.

## ABSTRACT

Training in Police Intervention Techniques is a poorly studied area. There is, therefore, a gap in the knowledge about how prepared the students and Police Officers of the Police Officers Training Course feel and the importance they attribute to this training. Without this knowledge, it is not possible to determine if Police Officers have the right tools to carry out an effective and efficient service in this area. The objective of this study was to ascertain the perception that the students and Police Officers (former Police Officers Training Course's students) possess about their preparation in Police Intervention Techniques in the Police Officers Training Course. To reach this objective, a survey by questionnaire was applied to these two groups. The results show that both groups of respondents attribute great importance to training in Police Intervention Techniques for the mission of a Police Officer, but they feel that they are poorly prepared in this area and dissatisfied with the training received during the Police Officers Training Course. It is also concluded that the level of preparation is directly related to the training received, in the sense that those who did the training in Police Intervention Techniques with its theoretical and practical assessments, feel better prepared than those who did not do such training or, having done so, were not subjected to any evaluation.

**Keywords:** Police; Training; Police Intervention Techniques; Police Officers Training Course.



## ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA .....	i
AGRADECIMENTOS .....	ii
RESUMO .....	iv
ABSTRACT .....	v
ÍNDICE GERAL .....	vi
ÍNDICE DE TABELAS .....	viii
ÍNDICE DE SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS .....	ix
INTRODUÇÃO .....	1
<b>I. CARATERIZAÇÃO DA ATIVIDADE POLICIAL .....</b>	<b>5</b>
1. CONCEITO DE POLÍCIA .....	5
1.1 SENTIDOS E FUNÇÕES DE POLÍCIA .....	6
1.2 FINS E LIMITES DA ATUAÇÃO POLICIAL .....	7
2. A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA: NATUREZA, ATRIBUIÇÕES E HIERARQUIA .....	8
3. POLÍCIA: ATIVIDADE DE RISCO .....	14
<b>II. FORMAÇÃO POLICIAL .....</b>	<b>16</b>
1. CONCEITO DE FORMAÇÃO .....	16
2. FORMAÇÃO EM GERAL NA PSP .....	18
3. CURSO DE TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL EM PARTICULAR .....	20
4. ANÁLISE À FORMAÇÃO .....	24
<b>III. PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>26</b>

<b>IV. OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO</b>	<b>27</b>
<b>V. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO</b>	<b>28</b>
<b>VI. MÉTODO</b>	<b>29</b>
1. DEFINIÇÃO DO UNIVERSO	29
2. DIMENSÃO DA AMOSTRA	30
3. INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS: INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO(S)	30
4. INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE DADOS	32
5. PROCEDIMENTOS	32
<b>VII. RESULTADOS</b>	<b>35</b>
1. CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS INQUIRIDOS	35
2. TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA	36
<b>VIII. DISCUSSÃO</b>	<b>49</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>57</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>61</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Atribuições da PSP. ....	9
Tabela 2: Grau de conhecimento acerca dos conteúdos do CTIP. ....	37
Tabela 3: Tiveram contacto com algum módulo do CTIP. ....	37
Tabela 4: Tiveram formação em algum dos módulos do CTIP no CFOP. ....	38
Tabela 5: Nível de preparação para aplicar técnicas de Defesa Policial. ....	38
Tabela 6: Nível de preparação para efetuar algemagens de alto risco. ....	39
Tabela 7: Nível de preparação para efetuar impactos de defesa com bastão policial. ....	39
Tabela 8: Nível de preparação para abordagens de alto risco a viaturas. ....	40
Tabela 9: Nível de preparação para efetuar movimentação tática/interior de edifícios. ....	40
Tabela 10: Nível de preparação para efetuar movimentação tática/exterior de edifícios. ....	41
Tabela 11: Nível de preparação para primeira abordagem de ITPs. ....	41
Tabela 12: Nível de utilidade para a análise e decisão tática. ....	42
Tabela 13: Nível de utilidade para a apreciação do uso dos meios coercivos. ....	42
Tabela 14: Nível de importância do CTIP para as funções de Oficial de Polícia. ....	43
Tabela 15: Nível de satisfação com a formação em TIP recebida no CFOP. ....	44
Tabela 16: Receber formação TIP no CFOP é importante para um Oficial de Polícia. ....	44
Tabela 17: Já fez o CTIP, após o CFOP. ....	45
Tabela 18: Tem recebido formação contínua em TIP. ....	45
Tabela 19: Qual o nível de preparação para aplicar os conteúdos do CTIP. ....	46
Tabela 20: Em serviço já manietou e/ou algemou um suspeito. ....	46
Tabela 21: Já utilizou meios coercivos de baixa potencialidade letal num suspeito. ....	47
Tabela 22: Já perseguiu de forma apeada um suspeito. ....	47
Tabela 23: É importante para o Oficial de Polícia receber formação contínua em TIP. ....	48

## LISTA DE SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

AAISCPSI	Associação Académica do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
Art.º	Artigo
CCDP	Curso de Comando e Direção Policial
CDEP	Curso de Direção e Estratégia Policial
CFA	Curso de Formação de Agentes
CFC	Curso de Formação de Chefes
CFFTIP	Curso de Formação de Formadores de Técnicas de Intervenção Policial
CFOP	Curso de Formação de Oficiais de Polícia
CIME	Comissão Interministerial para o Emprego
CRP	Constituição da República Portuguesa
CTIP	Curso de Técnicas de Intervenção Policial
DL	Decreto-Lei
EPP	Escola Prática de Polícia
EPPFPPSP	Estatuto Profissional do Pessoal com Funções Policiais da Polícia de Segurança Pública
FSS	Força e Serviço de Segurança
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
LOPSP	Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública
LSI	Lei de Segurança Interna
Ns/Nr	Não sabe/Não responde
PSP	Polícia de Segurança Pública
RCTIP	Regulamento do Curso de Técnicas de Intervenção Policial
RDPS	Regulamento Disciplinar de Polícia de Segurança Pública
TIP	Técnicas de Intervenção Policial
UEP	Unidade Especial de Polícia

*“Um indivíduo pode enganar-se durante toda a vida julgando-se corajoso, pelo simples facto de nunca ter sido colocado numa situação de perigo”*

*Carlos Chaves (1997).*

## INTRODUÇÃO

A segurança constitui-se como um bem insubstituível para a vida em sociedade. Cabe ao Estado, o papel vital da promoção da segurança e tranquilidade públicas, bem como a garantia de direitos e liberdades das pessoas, delegando em grande medida essa missão nas polícias. Por isso, Clemente (2015, p. 56) afirma que “A polícia é a depositária principal da função policial, distinguindo-se das demais funções públicas pelo seu núcleo coativo”.

No caso português, a Polícia de Segurança Pública (PSP) constitui uma das maiores forças de segurança do país, mandatada para assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei.<sup>1</sup> O mandato policial é amplo. A PSP constitui-se hoje como uma polícia integral, com um conjunto alargado de valências e atribuições, de âmbito administrativo, criminal, ordem pública e funções decorrentes da sua ação de agente de proteção civil.

Muito do trabalho de polícia ocorre em cenários instáveis e complexos, onde a necessidade de restringir direitos, liberdades e garantias surge, muitas vezes, como medida necessária tendente à resolução de problemas. A Polícia, em representação do Estado, é “... incumbida de utilizar a força contra as pessoas, obrigando-as a fazer coisas que não fariam por vontade própria” (Fielding, 1991, p. 6). Por outro lado, os polícias têm necessidade de conter as agressões que contra si são dirigidas.

O uso da força policial e as medidas de Polícia estão sujeitas a regras e a princípios de atuação legais, que nem sempre se coadunam com a urgência da intervenção policial, nem esta com a expectativa social e jurídica de que os polícias não podem alegar medo, susto ou perturbação, “mesmo em situações de elevada perigosidade e extrema violência, em particular os agentes não pertencentes a unidades especiais de elite...” (Rodrigues E.

---

<sup>1</sup> Cf. n.º 2 do art.º 1.º da Lei n.º 53/2007 de 31 de agosto, que aprova a Orgânica da Polícia de Segurança Pública (LOPSP).

A., 2018, p. 149), o que muitas vezes pode originar uma má intervenção ou fazer perigar a integridade física dos polícias.

Muitas das intervenções policiais acarretam grande sensibilidade e escrutínio social, pelo que o domínio de técnicas específicas para fazer face a situações de crise e violência constitui uma prioridade absoluta para a PSP. As características da atuação policial, aliadas às exigências sociais cada vez mais prementes designam que “ser polícia hoje é corresponder a um grau de exigência superior e, como tal, deve existir um processo de formação rigoroso e devidamente estruturado” (Saraiva, 2018, p. v).

A convicção de que os polícias recebem uma formação e estão preparados para enfrentar situações de violência, estando obrigados a usar os meios disponíveis para pôr termo a essas situações deve ser motivo de uma maior exigência no que concerne à preparação e treino policial, assumindo neste âmbito a formação em Técnicas de Intervenção Policial especial relevância e utilidade.

Neste sentido, a formação profissional apresenta-se como técnica e instrumento ao serviço do desenvolvimento dos recursos humanos (Cardim, 2012). É através da formação que os polícias adquirem e desenvolvem capacidades e competências para o exercício da sua atividade profissional, culminando com a adoção de atitudes e comportamentos adequados e adaptados aos conteúdos funcionais de cada categoria.<sup>2</sup>

Regra geral, cabe à PSP a formação dos seus polícias nos seus estabelecimentos de ensino e nos seus Comandos de Polícia. Neste sentido, a PSP, nos últimos anos, aprovou diversas formações de carácter prático policial. O Curso de Técnicas de Intervenção Policial (CTIP) é um exemplo dessas formações, e constitui o reconhecimento da necessidade de capacitar os polícias de ferramentas adequadas às situações práticas do serviço policial.

Para fazer face às exigências da atividade policial, sempre dinâmica e complexa e não ausente de riscos, o CTIP “tem por objetivo genérico dotar os elementos policiais de conhecimentos técnicos considerados necessários para o bom desempenho profissional” (RCTIP, 2012). É uma formação técnico-prática que permite dotar os polícias de conhecimentos teóricos e práticos específicos da atividade policial, que os prepara não só para situações práticas de intervenção policial, mas também para um uso adequado da força e para um recurso adequado dos meios coercivos (RCTIP, 2012), componentes do

---

<sup>2</sup> Cf. Art.º 121.º do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro que aprova o Estatuto Profissional do Pessoal com Funções Policiais da Polícia de Segurança Pública (EPPFPSP).

serviço policial, que envolvem sempre grande tensão e consequente escrutínio interno e externo.

Neste enquadramento à condição policial, surge o contexto deste estudo, assente nas atribuições de Polícia e nos riscos da atividade policial, assim como na importância da formação para todos os profissionais da PSP, e em particular dos seus Oficiais.

Estudos feitos na área da defesa pessoal policial por Rodrigues (2001) e Oliveira (2012) e sobre a violência contra os Polícias por Monteiro (2002) e Domingues (2010) demonstram que “a falta de prática e formação contínua na área das técnicas policiais pode constituir uma lacuna na hora de atuar em situações que representem um perigo mais elevado” (Domingues, 2010, p. 60). Já Rodrigues (2001) havia concluído que muitos polícias consideram que a defesa pessoal é importante, permitindo aumentar o autocontrolo e o sangue frio, conferindo-lhes mais confiança em situações de *stress*, sendo que os polícias vítimas de agressões afirmam que teriam conseguido evitar as mesmas, se estivessem bem preparados em técnicas de autodefesa.

Por seu turno, Monteiro (2002, p. 62) conclui que as agressões aos polícias têm consequências tanto para o próprio polícia como para o seu desempenho profissional, podendo torná-los demissionários das suas funções, se estas forem percecionadas como perigosas para a sua integridade física. A autora afirma que “Ao invés de uma atitude firme, participativa e sobretudo reactiva, estes homens passam a assumir uma postura defensiva e evasiva, totalmente contrária ao espírito de missão que se espera e que aliás se exige de um profissional de Polícia” (Monteiro, 2002, p. 62).

Os Oficiais de Polícia não estão imunes a estas realidades. Se por um lado o seu conteúdo funcional pode fazer diminuir estas probabilidades, por outro a sua função de comando, líder e gestor exigem que possua um conhecimento alargado e abrangente, pois “o que o líder faz é crucial, (...) o que ele faz é produto do que ele é (das suas qualidades) e do que ele sabe (dos seus conhecimentos)” (Chaves, 1997, p. 11). Em muitas ocasiões, o Oficial deve possuir competências de índole técnica e dominar as técnicas policiais para responder às solicitações que lhe são feitas, auxiliando e inculcando confiança nos seus subordinados (Borges, 2013). Acresce a esta visão, que o comum do cidadão não distingue as categorias policiais, tendo sempre a mesma expectativa na missão policial e em qualquer profissional de Polícia.

O Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP), ministrado pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), incide num plano de estudos multidisciplinar, assente em três áreas fundamentais: ciências policiais, ciências jurídicas



e ciências sociais e humanas, acrescido ainda da componente física do desporto e do treino funcional policial (Elias, 2018).

O treino funcional policial constitui um pilar estruturante da formação, com especial relevo para as áreas técnicas de intervenção e resolução de ocorrências policiais. A diversidade de atribuições e a complexidade do serviço policial exige serviços permanentes, capacitados tecnicamente para responder a situações de emergência em todas as áreas de atuação. Os polícias com mais qualificações e melhor treinados aumentarão a eficiência e eficácia do efetivo policial, o que, conseqüentemente, poderá traduzir-se numa melhoria geral do relacionamento entre a Polícia e a comunidade (McC Campbell, 1987).

Afigura-se, portanto, pertinente avaliar os conhecimentos e competências adquiridas pelos Oficiais de Polícia durante o CFOP no âmbito das Técnicas de Intervenção Policial (TIP), por se entender que tal pode ser relevante para as funções que os mesmos Oficiais desempenham no seio da PSP.

A presente dissertação comporta uma parte teórica, onde se caracteriza a atividade policial na perspetiva do Oficial de Polícia e onde se abordam conceitos relacionados com a formação profissional e policial, em particular aqueles que estão inerentes ao Curso de Técnicas de Intervenção Policial (CTIP).

Consagra também a exposição do problema de investigação, os objetivos, as hipóteses de investigação e o método utilizado. Inclui ainda um capítulo com os resultados do inquérito por questionário aplicado aos alunos do CFOP e aos Oficiais de Polícia (ex-alunos do CFOP).

Por fim, esta dissertação contém as conclusões fundamentais do estudo, bem como as limitações da investigação e recomendações para eventuais estudos em temas com o mesmo objeto de investigação.

## I.

# CARATERIZAÇÃO DA ATIVIDADE POLICIAL

## 1. CONCEITO DE POLÍCIA

O termo Polícia, já muito perscrutado por vários autores, aparece de uma forma consensual ligado ao vocábulo grego *Politeia*, vocábulo também primitivo da palavra “Política”. Os romanos adotaram a palavra grega *Politeia* atribuindo-lhe o significado de *res publica* e *civitas*, assim, “... a expressão *politeia* surge associada à ideia de civilização, de cultura, de Estado, de cidade e unidade na Polis” (Poiares, 2018, p. 118), uma ideia conotada com a origem, a organização política ou a ordem nas cidades. Estes significados estão ainda hoje intimamente ligados ao que é a atividade de Polícia. No entanto, não deixa de ser um conceito em permanente mutação: “a palavra polícia conserva a ambiguidade de um nome polissémico, cujo sentido varia ao longo do tempo” (Clemente, 2015, p. 60). Neste mesmo sentido, Elias (2018, p. 27) escreve que “o vocábulo “Polícia” é polissémico, assume diversos sentidos ou significados conforme o ângulo de análise. Pode ser utilizado para designar os agentes de autoridade, as Forças e Serviços de Segurança e, sobretudo, a atividade policial...”.

A Polícia insere-se na função administrativa do Estado, sendo que “a promoção do interesse público remete para os fins primários do Estado – justiça, segurança e bem-estar – e prevalece sobre o interesse privado ou particular” (Clemente, 2016, p. 33). Cabe a estes órgãos públicos exercerem predominantemente funções de natureza policial, “a polícia é a depositária principal da função policial, distinguindo-se das demais funções públicas pelo seu núcleo coativo” (Clemente, 2015, p. 56), tendo como fim último “garantir a tranquilidade e a segurança públicas, condições necessárias ao pleno exercício dos direitos, liberdades e garantias” (Raposo, 2006, p. 23).

A Polícia tem, assim, o papel de coadjuvante do Estado na promoção do bem-estar e na proteção dos direitos coletivos e individuais das pessoas, “o Estado (...) promove a defesa dos demais direitos pessoais, culturais, sociais e económicos através da ação das

forças de segurança e demais instituições e entidades englobantes no conceito de polícia” (Valente, 2017, p. 129).

## 1.1 SENTIDOS E FUNÇÕES DE POLÍCIA

Assim focados na atividade policial, existem hoje organizações cuja função primordial visa a prevenção de perigos, através do zelo pelo cumprimento das leis. Neste sentido, Raposo (2006, p. 24) compreende a Polícia em sentido orgânico ou institucional como “o conjunto de serviços da Administração Pública com funções exclusiva ou predominantemente de natureza policial”. Quando se fala na função de Polícia, referimo-nos ao “modo de actuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das actividades individuais susceptíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objecto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir” (Caetano, 2004, p. 1150).

A atividade de Polícia é hoje extensa, assumindo um triplice sentido - Polícia Administrativa, Polícia de Ordem Pública e Polícia de Investigação Criminal. Neste âmbito, Dias (2012) enquadra a ordem pública de carácter geral (como a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas) nas atividades de Polícia administrativa geral e o exercício de competências especializadas em razão da matéria, como a Polícia do ambiente, de estrangeiros, de viação, entre outras, inserem-se nas atividades de Polícia administrativa especial, cabendo, em regra, à Polícia Judiciária a investigação de crimes, através da reunião de prova e a entrega dos suspeitos aos tribunais, encarregados do seu julgamento.

De entre as diversas áreas onde os corpos policiais atendem, a segurança impõe-se hoje como o *core business* da Polícia (Poiares, 2018), um direito fundamental<sup>3</sup> das pessoas. Num Estado de Direito, “a polícia é ou deve ser, hoje, um garante da liberdade do cidadão, face às ofensas ilícitas concretizadas e/ou produzidas quer por outrem quer pelo próprio Estado” (Valente, 2017, p. 53). A Polícia apresenta-se como o organismo maior na produção da segurança interna do Estado, num papel dicotómico, entre ser um serviço do Estado para a segurança dos cidadãos e na defesa destes, mesmo contra as agressões do Estado.

É ainda, nos Estados de Direito, identificada por ter como funções a garantia da ordem, da segurança e tranquilidades públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e

---

<sup>3</sup> Cf. Art.º 27.º da Constituição da República Portuguesa (CRP).

reprimir a criminalidade, contribuindo para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, das liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática (n.º 1 do Art.º 1.º da Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto),<sup>4</sup>

A atividade policial visa, por isso, a prevenção criminal, a ordem pública, a investigação criminal, a inteligência policial e a cooperação internacional (Elias, 2018).

## 1.2 FINS E LIMITES DA ATUAÇÃO POLICIAL

De acordo com o que tem sido descrito, o grande foco da atividade de Polícia centra-se nos corpos policiais, maioritariamente nas Forças e Serviços de Segurança (FSS), cuja atuação depende sempre de previsão legal. Segundo Valente (2017, p. 58) “a Polícia reveste *prima facie* o manto de força de segurança, desde logo por imperativo constitucional – n.º 4 do art.º 272.º da CRP” (2017, p. 58). Ainda segundo este autor, só as polícias que caibam no espírito constitucional de Polícia do art.º 272.º podem ser consideradas forças de segurança (2017, pp. 58-59).

A atividade de Polícia encontra na Constituição da República Portuguesa (CRP) o seu fundamento primeiro, os seus fins e os seus limites, através da previsão legal no seu Art.º 272.º. Aqui encontra-se, como atrás referido, uma dicotomia entre a função de defesa dos direitos dos cidadãos e, a salvaguarda de que essa ação respeite os direitos, liberdades e garantias dos demais. Também o Art.º 266.º da CRP enumera os princípios pelos quais a polícia se deve pautar na sua relação com os cidadãos, enquanto Órgão da Administração Pública.

Desta forma, a defesa da legalidade democrática, a garantia da segurança interna e a prevenção criminal, já aludidas, estão sujeitas a regras e a princípios de atuação legais, como salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, excluindo qualquer componente repressiva ou autoritária da Polícia: “a justificação do poder de polícia parte do dever geral imposto a qualquer cidadão de não perturbar a ordem ou bens jurídicos essenciais” (Dias, 2012, p. 40).

A CRP, no n.º 2 do Art.º 272.º, consagra, de forma clara, o princípio da proibição do excesso, impondo que as medidas de Polícia obedeçam a requisitos de necessidade, exigibilidade e proporcionalidade. Sobre estes princípios, Gomes Canotilho e Vital Moreira

---

<sup>4</sup> Aprova a Lei de Segurança Interna (LSI).

(1993, p. 995) explicam que “são princípios gerais e aplicáveis a todas as modalidades de polícia, de forma a abranger a polícia administrativa em sentido restrito, a polícia de segurança e a polícia judiciária”.

Pela importância que representa, a atividade de Polícia está, antes de mais, vinculada à Constituição, demais leis criminais e de política criminal, assim como está vinculada às leis orgânicas de cada FSS: “as medidas de polícia são as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário e obedecendo a exigências de adequação e proporcionalidade” (n.º 2 do Art.º 2.º da LSI). Complementando-se, assim, o preceituado no n.º 3 do Art.º 272.º da CRP sobre a prevenção criminal, com o n.º 2 do Art.º 18.º da CRP relativo à restrição legal de direitos. A Lei de Segurança Interna (LSI), nos seus Artigos 28.º e 29.º define ainda o que são medidas de Polícia e medidas especiais de Polícia, respetivamente.

A par da importância que a segurança interna tem para o Estado, também o papel da Polícia assume especial relevo, na medida em que esta é um símbolo, dos mais visíveis do poder, e é, por isso, essencial que o povo tenha confiança na sua integridade (Silva, 2001). A legitimidade policial é crucial, na medida em que o cidadão se dispõe “a colaborar com uma polícia que lhe pareça claramente legítima, ou seja, uma polícia que respeite a legalidade, seja tecnicamente eficaz, cumpra os imperativos morais dominantes e seja eticamente responsável” (Silva, 2001, p. 85). Segundo Valente (2017, p. 127), “a legitimidade tem, sem qualquer equívoco, de ser o produto da prossecução da finalidade máxima da actividade de Polícia e da sua razão de ser – proteção (defesa e garantia) ...”. Na visão deste autor, “liberdade é a primeira das seguranças” (2017, p. 121), na medida em que quando falamos em segurança temos de pensar em coação e restrição de direitos, liberdades e garantias fundamentais das pessoas (Valente, 2017).

## **2. A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA: NATUREZA, ATRIBUIÇÕES E HIERARQUIA**

A PSP é, dentro do espírito Constitucional, um Órgão da Administração Pública, que tem como missão a defesa da legalidade democrática e a garantia da segurança interna e dos direitos dos cidadãos (Art.º 272 da CRP). A PSP é uma das mais importantes forças de segurança do país, tem uma orgânica própria aprovada pela Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto (LOPSP), depende do membro do Governo responsável pela área da administração

interna e a sua organização é única para todo o território nacional,<sup>5</sup> compreendendo a Direção Nacional, as Unidades de Polícia e os Estabelecimentos de Ensino Policial.<sup>6</sup>

À luz da sua orgânica, a PSP caracteriza-se por ser uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa, organizada hierarquicamente em todos os níveis da sua estrutura, estando o pessoal com funções policiais sujeito à hierarquia de comando e o pessoal sem funções policiais sujeito às regras gerais de hierarquia da função pública.<sup>7</sup>

Como descrito anteriormente, a PSP desenvolve a sua missão em cumprimento da Lei, tendo atribuições que decorrem da LSI, em situações de normalidade institucional e, as resultantes da legislação sobre a defesa nacional e sobre o estado de sítio e de emergência,<sup>8</sup> em situações de exceção.

São ainda atribuições da PSP aquelas que decorrem do Artigo 3.º da LOPSP, das quais se destacam (algumas) na tabela 1:

**Tabela 1: Atribuições da PSP.**

<b>Atribuições da PSP – Art.º 3.º da LOPSP</b>
<b>ATRIBUIÇÕES GENÉRICAS</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>- Garantir as condições de segurança para o livre exercício dos direitos e liberdades, a ordem e a tranquilidade públicas e a proteção de pessoas e bens, a execução de atos administrativos e o respeito pelas garantias dos cidadãos;</li><li>- Prevenir a criminalidade em geral e a prática dos demais atos contrários à lei, bem como detetar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas. Desenvolver as ações de investigação criminal e contraordenacional, atribuídas, delegadas ou solicitadas;</li><li>- Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e contribuir para a sua formação e informação em matéria de segurança, bem como velar pelo cumprimento das leis e regulamentos, nomeadamente os relativos à viação terrestre, transportes rodoviários e ambiente.</li><li>- Manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional e participar, nos termos da lei, na execução da política externa.</li></ul>
<b>ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS</b>
São atribuições específicas da PSP, o licenciamento, fiscalização e controlo, no âmbito das armas e explosivos e da segurança privada, garantir a segurança pessoal aos órgãos de soberania, a altas entidades e a cidadãos sujeitos a ameaça relevante e assegurar o ponto de contato permanente para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de violência associada ao desporto.

Fonte: LOPSP.

Incumbe também à PSP ministrar formação, não só inicial, mas também ao longo da vida ativa, aos seus elementos policiais. Aqui se inclui, nomeadamente, a formação dos Oficiais de Polícia no ISCPSP.

<sup>5</sup> Cf. Art.º 2.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto.

<sup>6</sup> Cf. Art.º 17.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto.

<sup>7</sup> Cf. Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto.

<sup>8</sup> Cf. Art.º 3.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto.

A realidade interna da PSP caracteriza-se por ser uma instituição com mais de noventa por cento (90%) do seu efetivo pertencente a uma carreira especial (DNPSP, 2017), regida por um estatuto próprio,<sup>9</sup> consubstanciando a condição policial um conjunto de deveres exclusivos, em grande maioria consagrados num regulamento disciplinar próprio<sup>10</sup> e no Código Deontológico do Serviço Policial.<sup>11</sup> Considerando a deontologia, Clemente (2016, p. 18) afirma:

A Ética Policial se exprime comumente num código deontológico, o qual enforma os padrões de actuação do pessoal policial e se projecta na aplicação das medidas legais de polícia - da detenção à revista de um suspeito -, se necessário com o recurso aos meios coercivos...

O dispositivo orgânico da PSP encontra-se disperso pelo país, prosseguindo a sua missão essencialmente no meio urbano e em proximidade com o cidadão, registando ao longo dos tempos um adensamento de novos desafios, fruto de novas realidades, que impõem novas exigências e abrem o leque da sua ação.

Confirmando esta realidade, o Diretor Nacional da PSP, em 2017, afirmou que a PSP ... garante, diariamente, a segurança de cerca de 70% da população residente e pendular e de aproximadamente 43 milhões de passageiros dos aeroportos nacionais; é responsável pela segurança e tranquilidades públicas de 95% das zonas urbanas sensíveis existentes; e pelo processamento de cerca de 52% da criminalidade geral e de mais de 70% da criminalidade violenta e grave registada em Portugal. A PSP efetuou, no ano transacto, 25.771 detenções, apreendeu 6.885 armas, retirou mais de 20.000 condutores embriagados das estradas portuguesas, concluiu 98.950 inquéritos criminais, executou mais de 16.000 operações de policiamento desportivo e desenvolveu mais de 17.600 ações em diversos domínios do policiamento de proximidade” (Poiares, 2018, pp. 119-120).

---

<sup>9</sup> O DL n.º 243/2015, de 19 de outubro, aprova o Estatuto Profissional do Pessoal com Funções Policiais da Polícia de Segurança Pública (EPPFPSP).

<sup>10</sup> A Lei n.º 7/90 de 20 de fevereiro, aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia de Segurança Pública (RDPSP).

<sup>11</sup> A Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002, de 7 de fevereiro de 2002, aprova o Código Deontológico do Serviço Policial.

Estes números traduzem muito do que é a diversidade e abrangência da atividade da PSP, nem sempre percecionada pelo cidadão comum, e que “reforçam a sua vocação de polícia integral, com capacidade de resposta nos mais diversos domínios da vida em sociedade; e da sua importância para o crescimento económico de Portugal” (Poiares, 2018, p. 120).

A instituição PSP sustenta-se na sua massa humana, homens e mulheres que a toda a hora exercem as suas funções para a subsistência da atividade operacional. Como já foi referido, a estrutura e a organização da PSP constam na Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública e o conteúdo funcional do seu pessoal policial está previsto no seu Estatuto Profissional.

A estrutura de recursos humanos da PSP “está organizada hierarquicamente em todos os níveis da sua estrutura, estando o pessoal com funções policiais sujeito à hierarquia de comando e o pessoal sem funções policiais sujeito às regras gerais de hierarquia da função pública.” (Art.º 1.º da LOPSP). Daqui decorre que os profissionais da PSP são de dois tipos, com funções policiais e com funções não policiais. A esmagadora maioria tem funções policiais, e está distribuída pelas carreiras de Oficial de Polícia, Chefe de Polícia e Agente de Polícia, dentro das quais se desenvolvem as diversas categorias previstas para cada carreira.<sup>12</sup>

É através das categorias policiais que se identifica e desenvolve a hierarquia de comando que, segundo o Art.º 61 do DL n.º 243/2015, de 19 de outubro, “tem por finalidade estabelecer, em todas as circunstâncias de serviço, relações de autoridade e subordinação entre os polícias e é determinada pelas carreiras, categorias, antiguidades e precedências previstas na lei...”.

De acordo com o âmbito deste estudo, abordar-se-á essencialmente a carreira dos Oficiais de Polícia, oriundos do CFOP.<sup>13</sup> Atualmente, o ingresso nesta carreira implica a habilitação com o CFOP, formação base de cinco anos, ministrada no ISCPSP,<sup>14</sup> que adiante melhor se aprofundará. A carreira de Oficial de Polícia estende-se por ordem crescente nas categorias de Subcomissário, Comissário, Subintendente, Intendente, Superintendente e Superintendente-Chefe.

---

<sup>12</sup> Cf. Art.º 62.º do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro.

<sup>13</sup> Embora a PSP tenha ainda nos seus quadros Oficiais de Polícia oriundos do Curso de Promoção a Chefe de Esquadra e de Promoção a Comissário (Decreto-Lei n.º 129-B/84, de 27 de abril), por uma questão de objetividade e para um adequado contributo ao presente estudo, serão visados apenas os Oficiais formados com o Curso de Formação de Oficiais de Polícia.

<sup>14</sup> Cf. art.º 85.º do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro.



O estatuto profissional da PSP<sup>15</sup> define os requisitos exigidos para cada categoria, sendo que a promoção a Subintendente e Superintendente, além dos requisitos de tempo mínimo na categoria anterior, desempenho funcional, avaliação curricular, classe de comportamento e formação, obrigam à frequência, com aproveitamento, dos Cursos de Comando e Direção Policial (CCDP) e de Direção e Estratégia Policial (CDEP), respetivamente.

Para cada carreira está previsto um conteúdo funcional, caracterizado por um grau de complexidade funcional, sendo a carreira de oficial de polícia “uma carreira especial de complexidade funcional de grau 3”<sup>16</sup> (Art.º 79 do DL n.º 243/2015, de 19 de outubro). São tidas como funções policiais aquelas que implicam o exercício de competências legalmente previstas para os polícias, e estas classificam-se como funções policiais de comando e direção, inspeção, assessoria, supervisão e execução (Art.º 66.º do DL n.º 243/2015, de 19 de outubro).

Aos Oficiais de Polícia, cabe essencialmente, desempenhar funções de comando, direção ou chefia, de inspeção, assessoria e ainda desenvolver atividades de natureza especializada e instrução próprias das respetivas categorias, na estrutura orgânica da PSP ou em outros organismos nacionais ou internacionais (Art.º 79.º do DL n.º 243/2015, de 19 de outubro).

A cada categoria corresponde um conteúdo funcional e as funções podem ser de natureza operacional, quando na sua essência implicarem a utilização de conhecimentos e a aplicação de técnicas policiais, ou natureza de apoio operacional, quando implicarem a conjugação de conhecimentos e técnicas policiais com outras áreas de conhecimentos (Art.º 67 do DL n.º 243/2015 de 19 de outubro).

Embora o quadro funcional apresentado represente, de forma muito genérica, o conteúdo funcional atribuído aos Oficiais de Polícia, estes dependem e variam de categoria para categoria ao longo do percurso profissional de cada polícia, consoante a missão atribuída a todo o momento.

Um dos atos de maior relevo do Oficial de Polícia é a sua capacidade de liderança e gestão, processos indispensáveis a organizações como a PSP. Em algumas situações, pode existir propensão para dar maior relevância a uma ou a outra, consoante as exigências, sendo que “... a gestão indicou os planos a adoptar com base nos conhecimentos técnicos e na capacidade organizativa, mas é a liderança que se impõe

---

<sup>15</sup> Cf. art.º 81.º a art.º 85.º do DL n.º 243/2015 de 19 de outubro.

<sup>16</sup> O grau funcional depende do nível habilitacional exigido, no caso concreto será licenciatura ou superior, conforme art.º 86.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

para executar eficazmente o que se pretende” (Chaves, 1997, p. 9). Cabe ainda aos oficiais cumprir missões e alcançar resultados, utilizando da melhor forma os recursos materiais e humanos à sua disposição (Chaves, 1997), no comando de policiamentos, na fiscalização de serviços ou no apoio ao seu efetivo.

No papel de superior hierárquico, em situações de âmbito operacional, cabe muitas vezes ao comandante avaliar procedimentos, nomeadamente no que concerne ao uso dos meios coercivos, recorrendo se necessário, à reconstituição da ocorrência ou a outros métodos que considere adequados. No caso do recurso à arma de fogo, não havendo possibilidade de elaborar o relatório por parte dos polícias envolvidos na ocorrência, este deve ser elaborado, pelo superior hierárquico direto que, em qualquer dos casos, faz a sua apreciação e anota a sua posição, remetendo para o Ministério Público e para a Inspeção Geral da PSP para efeitos de validação do recurso concreto à arma de fogo (art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de Novembro).<sup>17</sup>

Em determinados níveis nas funções de comando, cabe ao comandante planear e/ou executar operações policiais de vários âmbitos, responder a incidentes policiais que a todo o momento exigem a identificação de um comandante tático, recaindo essa função, a partir de determinado grau de intervenção, obrigatoriamente a um oficial, “... compete ao comandante territorial, sem abdicar da sua responsabilidade estratégica operativa, em função do local onde ocorra o evento, nomear o comandante da respetiva subunidade territorial, para funções de planeamento operacional e execução ou apenas execução da operação” (Oliveira, 2015, p. 87).

Através da ação de comando, as chefias assumem um papel preponderante para o desempenho da instituição, “a Polícia de Segurança Pública (PSP), enquanto organização que contribui para a manutenção da segurança interna, tem de integrar chefias dotadas das competências necessárias para o cumprimento da sua missão” (Borges, 2013, p. iii), sendo que o oficial “é tido, cada vez mais, como um fator determinante de sucesso organizacional ao nível da posição que ocupa na cadeia hierárquica” (Sousa C. A., 2014, p. 1). “Assim, conhecer e saber como antecipar ou reagir a diversos cenários externos em que a corporação está inserida, consiste num dos papéis mais importantes da liderança...” (Fernandes, 2018, p. 62).

---

<sup>17</sup> Aprova o regime de utilização de armas de fogo e explosivos pelas forças e serviços de segurança.

### 3. POLÍCIA: ATIVIDADE DE RISCO

Como foi visto, a PSP é uma Polícia Integral, mandatada para desempenhar a sua missão em toda a sua área de atuação, a quem é atribuído um conjunto alargado de valências e deferidas diversas atribuições, de âmbito administrativo, criminal, ordem pública ou funções, decorrentes da sua condição de agente de proteção civil.

O contexto em que a atividade policial se desenrola é eminentemente conflituoso, gerador de situações violentas. Muitas são as ocasiões em que os transgressores desrespeitam ou agredem os polícias com relativa facilidade, criando situações críticas para a atuação policial: “A atuação policial ocorre em ambiente instável e complexo, não raro em situações críticas ou perigosas, carregadas de elevado risco. Por mais que sejam exitosas as ações e operações policiais, subsistirá de modo permanentemente a possibilidade real de perdas” (Fernandes, 2018, p. 50).

A Polícia, em representação do Estado, é “... incumbida de utilizar a força contra as pessoas, obrigando-as a fazer coisas que não fariam por vontade própria” (Fielding, 1991, p. 6). Estas situações fazem com que muitas vezes a simples presença policial crie hostilidade e controvérsia, mesmo por parte daqueles que a solicitaram.

As realidades de um mundo globalizado, a forte expansão demográfica, a crescente concentração e complexidade dos centros urbanos e o acelerado avanço tecnológico, transportam igualmente consigo instabilidade e incerteza ao trabalho da Polícia. A “transformação alucinante das sociedades modernas faz com que a actividade policial seja, comparativamente com outras similares, das mais stressantes, existindo indicadores comprovativos de que os polícias apresentam elevadas taxas de problemas de saúde física e mental” (Hoffman & Collingwood, 1995, pp. 76-77).

As sociedades enfrentam, de forma crescente, novas ameaças. Neste sentido Beck (1992, p. 19) afirma que “na sociedade de risco regista-se uma tendência para o crescimento e expansão de formas de criminalidade mais violentas”, sendo ampliadas às polícias novas atribuições o que aumenta o risco para a atividade policial.

A par dos riscos, também as condições onde operam os polícias são muitas vezes precárias, com ausência de meios e equipamentos adequados ao desempenho da missão, fatores muitas vezes geradores de stress. Assim constata Feldman (1993, p. 101) ao referir que o trabalho de polícia é “extremamente stressante. Sendo talvez o único que a somar ao risco da actividade, apresenta ainda más condições de trabalho, falta de equipamento essencial, tarefas desagradáveis, perigo físico (...) e frequente desagrado por parte dos cidadãos em relação à sua prestação”.

Em qualquer intervenção policial, desde a mais simples à mais complexa, seja de fiscalização rodoviária, prevenção e investigação criminal, reposição da ordem e tranquilidade pública, os polícias podem ser confrontados com opositores, muitas vezes violentos, que obstam à normal ação de Polícia e põem muitas vezes em risco a sua integridade, o que gera nestes grande desgaste físico e psicológico. Lidar com estes casos, nomeadamente de perigo físico é, para os polícias, uma fonte geradora de stress (Leonardo, 1994), ademais porque “nos serviços e operações de manutenção da ordem que se realizam, em geral, no espaço público, o risco zero não existe” (Oliveira, 2015, p. 22).

Os perigos enfrentados pelos profissionais de polícia vão desde as injúrias, os acidentes, até às agressões físicas ou mesmo à morte em serviço.

Entre 2000 e 2017 ocorreram em serviço 27 mortes de polícias, da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana, provocadas, maioritariamente, com recurso a armas de fogo e com menor incidência através de atropelamentos e/ou agressões físicas (Rodrigues M. O., 2018). Segundo este autor, nesse período, registaram-se 15850 polícias feridos, sendo 8751 da PSP, devido, maioritariamente, a agressões físicas. Já no período de 2008 a 2016 foram contabilizados 19020 acidentes em serviço, sendo 40% destes em operacionais da PSP.

Comparados dados relativos ao período entre 2010 e 2015 destas duas forças de segurança e de outras profissões, constatou-se que a Polícia apresenta 31% de maior probabilidade de sofrer um acidente em serviço relativamente a outras profissões em geral (Rodrigues M. O., 2018).

Os números acima apresentados demonstram o pragmatismo da atividade policial. Os cenários de incerteza, em que invariavelmente os polícias têm de trabalhar, obstam a que muitas vezes estes consigam manter a calma e garantir a autoproteção necessária para encontrar o modo mais conveniente de lidar com o perigo, de forma a salvaguardar a sua integridade física e a de terceiros, assim como o discernimento suficiente para não ser agredido ou mesmo morto. O risco é caracterizador das missões cometidas à PSP,<sup>18</sup> pelas quais os polícias se comprometem a “dar a própria vida se preciso for”,<sup>19</sup> embora a atividade policial da PSP não seja ainda considerada uma profissão de risco pelo Estado.

---

<sup>18</sup> Cf. al. c) do n.º 2 do Art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro.

<sup>19</sup> Cf. Compromisso de Honra da PSP in Plano da Atividades da PSP, 2017.

## II.

### FORMAÇÃO POLICIAL

#### 1. CONCEITO DE FORMAÇÃO

A formação é considerada hoje como uma das ferramentas mais prementes da gestão de recursos humanos numa instituição. É um conceito que surge muitas vezes relacionado com o conceito de educação: “os termos educação e formação não só se têm generalizado, como têm, também, sido utilizados de uma forma articulada, associada e relativamente indiscriminada” (Torres & Araújo, 2010, p. 1216). Tendo em conta o foco deste estudo, apenas será abordado o conceito de formação, por se entender que este está, contrariamente à educação, mais dependente do contexto profissional e organizacional, dado que a formação “subentende-se sempre, profissional” (Torres & Araújo, 2010, p. 1217). Também a Comissão Interministerial para o Emprego (CIME) entende que quando falamos de formação, estamos a falar de formação profissional (CIME, 2001) e corresponde “ao processo planeado e estruturado que visa modificar atitudes, conhecimentos e competências através de uma experiência de aprendizagem cuja finalidade é contribuir para a maior eficácia no desempenho de uma actividade ou conjunto de actividades” (Wilson, 2015, p. 4).

Segundo Poiares (2013, p. 167) a formação é entendida como “um dos pilares da mudança mais importantes: formação académica, mas sobretudo formação especializada e pós-inicial. Este patamar é vital para o sucesso de quaisquer outros desafios que se coloquem a uma Organização”.

Por outro lado, a formação profissional visa identificar e desenvolver aptidões humanas, podendo ser vista “como técnica e instrumento ao serviço do desenvolvimento dos recursos humanos” (Cardim, 2012, p. 1). Uma formação contínua e adequada não só capacita os trabalhadores para uma execução especializada das suas funções, como contribui com uma imagem de qualidade para a instituição, incrementando, desta forma, o estímulo do nível de confiança na empresa. Na realidade, “A formação cumpre, assim, o

duplo objetivo de contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos e, para a melhoria do desempenho organizacional” (Velada, 2007, p. 12).

A formação corresponde ao conjunto de experiências relacionadas com a aprendizagem, projetadas por uma organização, com o objetivo de criar mudanças nas capacidades, conhecimentos, atitudes e comportamentos em contexto profissional (Cruz, 1998) e (Moreira, 2011). Ela contribui “para a competência profissional e cujos resultados são mensuráveis (...) independentemente de se desenrolar em escolaridade, em estágio sob orientação pedagógica ou em meio operacional efetivo” (Antunes, 2000, p. 12).

O regime da formação profissional na Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, define formação profissional como sendo,

o processo global e permanente de aquisição e desenvolvimento de competências exigidas para o exercício de uma atividade profissional ou para a melhoria do desempenho, promotor da valorização e do desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores e dirigentes da Administração Pública e que não confira grau académico.

Na PSP, a formação profissional assume-se como um pilar fundamental para o sucesso da atividade policial cada vez mais diversificada e desenrolada em cenários complexos. Esta importância está desde logo patenteada no estatuto profissional desta força de segurança, no seu Capítulo VII, com a epígrafe “Ensino, estabelecimentos de ensino e formação policial”. Neste âmbito, a formação profissional corresponde ao

processo global, coerente e integrado, através do qual os polícias adquirem e desenvolvem capacidades e competências para o exercício da sua atividade profissional, e do qual resulta a adoção de atitudes e comportamentos adequados e adaptados aos conteúdos funcionais das respetivas categorias, abrangendo componentes de natureza técnico-policial, científica, cultural e de aptidão física (Art.º 121.º do DL n.º 243/2015, de 19 de outubro).

Importa ainda acrescentar que, segundo o disposto no Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, a formação profissional pode ser considerada de dois tipos: a formação inicial e a formação contínua. A formação inicial é aquela que é obrigatória, faz parte do processo de iniciação e qualificação do trabalhador, para o ingresso em determinada

carreira e desempenho de determinada função. A formação contínua é aquela que ocorre ao longo da vida do trabalhador visando o seu aperfeiçoamento, reconversão e especialização, indo ao encontro, muitas vezes, das características específicas e reais necessidades da instituição onde se insere.

## **2. FORMAÇÃO EM GERAL NA PSP**

No que concerne à PSP, o programa do XXI Governo Constitucional prevê “Reestruturar o sistema de ensino das forças e serviços de segurança, partilhando informação, conhecimento, competências e recursos”<sup>20</sup> como medida de modernização do sistema de segurança interna, por forma a torná-lo mais eficaz e adequado a responder às necessidades da atualidade.<sup>21</sup>

Também no Estatuto Profissional da PSP se considera, em vários pontos, a importância da formação. No seu preâmbulo fixa-se um número mínimo de horas de formação obrigatória, a frequentar por todos os polícias, “procurando-se, assim, assegurar que, em relação às matérias relevantes para o desempenho da função, todos os polícias recebem, anualmente, formação atualizada e adequada à categoria em que se encontram” (DL n.º 243/2015, de 19 de outubro).

Uma das características da condição policial é a “disponibilidade permanente para o serviço, bem como para a formação e para o treino” (DL n.º 243/2015, de 19 de outubro). A estrutura interna da PSP está dotada de um Departamento de Formação, estrutura nuclear responsável por este tema, que, entre outras atribuições, é responsável por elaborar o plano anual de formação, colaborar na elaboração e reestruturação dos diversos cursos de formação ministrados nos estabelecimentos de ensino da PSP e por certificar ou reconhecer todas as ações de formação internas ou externas (Portaria n.º 383/2008 de 29 de maio).<sup>22</sup>

Além de todas as atribuições de âmbito policial, a PSP é uma entidade formadora, interna e externa, por excelência, possuindo dois estabelecimentos de ensino policial. O Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) é um estabelecimento policial de ensino superior universitário que ministra o Curso de Formação de Oficiais de

---

<sup>20</sup> Cf. Programa do XXI Governo Constitucional, 2015-2019, p.58.

<sup>21</sup> Idem, p.57.

<sup>22</sup> Estabelece a estrutura nuclear da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública e as competências das respetivas unidades orgânicas.

Polícia (CFOP), conferindo o grau académico de Mestre em Ciências Policiais.<sup>23</sup> O ISCPSI ministra, ainda, o Curso de Comando e Direção Policial (CCDP) e o Curso de Direção e Estratégia Policial (CDEP), cuja habilitação é requisito indispensável à promoção aos postos de Subintendente e de Superintendente, respetivamente.

A Escola Prática de Polícia (EPP) é um estabelecimento de ensino policial que tem por missão ministrar cursos e estágios de formação, aperfeiçoamento e atualização de Agentes e Chefes, e de especialização para todo o pessoal da PSP.<sup>24</sup>

Também a Unidade Especial de Polícia (UEP), além da sua missão de atuação em situações especiais, é responsável pela formação específica dos operacionais das respetivas subunidades que a compõem.<sup>25</sup> Cabe ainda a esta unidade ministrar o Curso de Formação de Formadores de Técnicas de Intervenção Policial (CFFTIP)<sup>26</sup> e ser palco de diversas formações desenvolvidas pelos Comandos de Polícia.

Em tempos de mudanças rápidas, a PSP tem mostrado sinais inequívocos da importância que a formação tem para a valorização dos polícias e da instituição, através da criação de novos módulos formativos,<sup>27</sup> que mantém em permanente desenvolvimento e evolução, procurando uma sincronia com as exigências da realidade operada no nosso país. Podemos constatar esta realidade nas Grandes Opções Estratégicas da PSP (DNPSP, 2016). A instituição projetou para o quadriénio 2017-2020 o eixo estratégico “reforçar a valorização humana, profissional e técnica dos recursos humanos, para criar valor e melhorar a segurança pública” (DNPSP, 2016, p. 3), pretendendo que a formação profissional passe pelo “reforço da qualificação técnica e profissional dos recursos humanos e a sua valorização enquanto capital humano da PSP” (DNPSP, 2016, p. 3). Também na projeção do Plano de Atividades para 2017, a PSP encara a formação profissional como “fator determinante para o processo de mudança organizacional, devendo ter como objetivo fundamental não apenas a aprendizagem individual, mas a aprendizagem da organização como um todo” (DNPSP, 2017, p. 71).

A PSP, enquanto órgão da Administração Pública e como Polícia integral, que diariamente intervém em diversos sectores da sociedade, encontra constantemente

---

<sup>23</sup> Cf. Art.º 50.º da LOPSP.

<sup>24</sup> Cf. Art.º 51.º da LOPSP.

<sup>25</sup> Fazem parte da UEP o Corpo de Intervenção, o Grupo de Operações Especiais, o Corpo de Segurança Pessoal, o Centro de Inativação de Explosivos e Segurança em Subsolo e o Grupo Operacional Cinotécnico.

<sup>26</sup> O CFFTIP é ministrado pelo Grupo de Operações Especiais da PSP.

<sup>27</sup> O CTIP tem sido alvo de reestruturações, introduzindo novos módulos de formação, e foi adequado por forma a abranger equipas específicas dentro da PSP, como é o caso da criação do curso de Formação em Técnicas de Intervenção Policial para Equipas de Intervenção Rápida em (CTIP/EIR) em 2015 ou o Curso de Técnicas de Intervenção Policial para Motociclistas em 2016 (CTIPM) para as Equipas de Prevenção e Reação Imediata (EPRI).



desafios numa realidade social, cultural e económica cada vez mais dinâmica, complexa e diversificada. Por tal motivo, “a obtenção de resultados e o cumprimento bem-sucedido da sua missão estará também dependente, em elevado grau, do nível de preparação e qualificação dos seus profissionais, obtido e melhorado por via da formação profissional contínua” (DNPSP, 2017, p. 71), sendo a formação profissional considerada “como meio instrumental ao serviço da organização, tem pois de se constituir como uma ferramenta criteriosa direcionada ao cumprimento dos objetivos estratégicos da PSP” (DNPSP, 2017, p. 71).

### **3. CURSO DE TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL EM PARTICULAR**

As exigências da execução do trabalho policial obrigam a adoção de formações específicas que enquadram quer o treino técnico das intervenções policiais, quer o treino com armas de fogo, gestão de ocorrências, intervenção rápida ou as técnicas de intervenção policial, entre outras. No âmbito do nosso trabalho aborda-se o Curso de Técnicas de Intervenção Policial (CTIP), tema central do estudo.

As técnicas de intervenção policial são uma matéria específica das polícias. No caso da PSP é considerada como uma formação prioritária. Está por isso enformada num regulamento próprio, o Regulamento do Curso de Técnicas de intervenção Policial (RCTIP).<sup>28</sup>

Esta formação surgiu na PSP em 2003, ano em que se concretizou o primeiro Curso de Formação de Formadores em Técnicas de Intervenção Policial (CFFTIP). O objetivo genérico deste curso foi “dotar os elementos policiais de conhecimentos técnicos considerados necessários para o bom desempenho das suas funções, especialmente no que diz respeito a situações que impliquem algum risco para a vida ou para a sua integridade física” (RCTIP).<sup>29</sup>

A formação em TIP faz parte integrante dos conteúdos programáticos do Curso de Formação de Agentes (CFA) e do Curso de Formação de Chefes (CFC)<sup>30</sup>, com a duração de 83 e 90 horas respetivamente. A par desta formação, no CFA, são ministradas ainda 44

---

<sup>28</sup> Regulamento interno da PSP na versão em vigor, aprovado pela Direção Nacional da PSP em 16 de janeiro de 2012.

<sup>29</sup> Cf. Primeiro Regulamento em TIP.

<sup>30</sup> No CFC a formação tem a designação de Tática das Forças de Segurança.

horas de formação em defesa pessoal; no CFC são ministradas 29 horas, funcionando esta disciplina, em ambos os casos, em complemento com a formação em TIP.

No CFOP, a formação em TIP não faz parte dos conteúdos programáticos, sendo ministrada como atividade extracurricular. O CFOP contempla, contudo, a unidade curricular de Defesa Pessoal, lecionada do 1.º ano ao 4.º ano, com 30 horas por semestre, num total de 240 horas. O ensino está encadeado entre os semestres com a adequação às exigências do ensino superior, que, pela componente académica e correspondente adequação, não permite a mesma complementaridade referida para o CFA e o CFC.

O CTIP tem vindo a sofrer alterações<sup>31</sup>, com a introdução do módulo de Intervenção Rápida em 2008<sup>32</sup> e com um novo regulamento em 16 de janeiro de 2012. Este regulamento define os conteúdos programáticos do curso, avaliação e aproveitamento. O CTIP constitui-se como uma formação técnico-prática, que permite dotar os polícias de conhecimentos teóricos e práticos específicos que os preparam não só para situações práticas de intervenção policial, mas também para o uso adequado da força e por um recurso adequado dos meios coercivos (RCTIP, 2012).

O objetivo genérico do CTIP é “dotar os elementos policiais de conhecimentos técnicos considerados necessários para o bom desempenho profissional” (RCTIP, 2012). Os objetivos específicos passam por dar a conhecer os fatores a considerar no uso da força por parte dos polícias e os respetivos limites ao uso de meios coercivos; definir procedimentos básicos tendentes a aumentar a eficácia e a eficiência das diversas ações policiais e aumentar a segurança dos polícias e dos suspeitos; bem como melhorar e aumentar a segurança do recurso a armas de fogo e uniformizar para toda a PSP procedimentos operacionais para as intervenções policiais (RCTIP, 2012).

Atualmente, o CTIP é constituído por cinco módulos de formação de cariz técnico-prático: Tiro Policial;<sup>33</sup> Técnicas de Defesa Policial;<sup>34</sup> Abordagem de Viaturas; Movimento Tático e Intervenção Rápida. Faz ainda parte do curso uma componente teórica sobre normas e procedimentos legais no âmbito do uso dos meios coercivos. O CTIP está orientado para o domínio das TIP que evidenciam a experiência profissional e visam a aplicação prática, focados em situações específicas do serviço policial passíveis de serem

---

<sup>31</sup> Cf. Nota 29.

<sup>32</sup> Idem ponto 30

<sup>33</sup> No âmbito do presente trabalho não abordaremos o módulo de Tiro Policial, por este ser alvo de formação específica, nomeadamente no Plano de Formação de Tiro, com periodicidade anual.

<sup>34</sup> O atual regulamento TIP refere em alguns pontos “técnicas de defesa policial” e noutros “técnicas de defesa pessoal”.

encontradas pelos elementos policiais. A carga horária do CTIP são 91 horas (RCTIP, 2012).

Em termos concretos, a formação em TIP tem os conteúdos seguintes: técnicas de algemagem de suspeitos, em vários níveis de treino - risco desconhecido com e sem apoio, alto risco com ou sem colaboração; revistas de suspeitos; pontos de pressão; utilização do bastão policial em defesa policial; técnicas de bastão em ordem pública; introdução e extração de indivíduos suspeitos no interior de viaturas; abordagens de alto risco e risco desconhecido em viaturas; movimentação tática no interior e exterior de edifícios; abordagem de portas exteriores em situações de risco desconhecido (sem arrombamento) e em situações de alto risco (com arrombamento); técnicas de progressão individuais e coletivas; abordagens a incidentes tático policiais (incluindo negociação); situações com atirador ativo (*active shooter*).

O planeamento, a execução e a homologação das classificações obtidas no CTIP são da responsabilidade do Comandante dos Comandos, das Unidades Policiais ou dos Estabelecimentos de Ensino. O CTIP é ministrado por polícias habilitados como o CFFTIP e avaliado em diversos fatores de forma contínua: teste escrito sobre a totalidade da matéria dos vários módulos; avaliação prática formal para cada módulo de formação, em que o formando é confrontado com situações aproximadas à realidade (RCTIP, 2012).

Aos formandos que obtenham nota igual ou superior a 10 valores é atribuído certificado de aproveitamento no curso, válido por 5 anos. São reprovados os formandos que obtenham médias negativas nas componentes classificativas - Avaliação Contínua e/ou Avaliação Prática Formal. Aos formandos que demonstrem especiais dificuldades em atingir os objetivos preconizados no CTIP é elaborado um plano de desenvolvimento e aperfeiçoamento pessoal (RCTIP, 2012).

Pese embora nem sempre o trabalho de polícia seja coativo ou restritivo de direitos, muitas são as ocorrências que exigem uma reação policial, onde o recurso à coerção se apresenta como necessário para a manutenção/reposição da legalidade e para a salvaguarda do bem comum.

Nos grandes aglomerados urbanos, as situações de tensão e de disputa entre pessoas são frequentes. A Polícia tem de intervir segundo os princípios legais, mas, por vezes, de forma discricionária entre o dilema se devem ou não ser tolerados determinados comportamentos e o saber onde está o limite da tolerância do tolerável (Elias, 2018, p. 73). A força pública converge muitas vezes na diminuição de direitos, liberdades e garantias de terceiros, circunstâncias que revestem grande sensibilidade nas sociedades democráticas,

pelo que “os polícias devem manter sempre as necessárias competências técnicas e as condições físicas e psíquicas exigíveis ao cumprimento da missão” (Art.º 15 do DL n.º 243/2015 de 19 de outubro).

Como já referido, a atividade policial tem o risco sempre presente. Ela tem lugar em cenários fortuitos e/ou de incerteza onde a intervenção é muitas vezes urgente, e culmina em situações de violência física, com recurso a armas brancas e/ou de fogo. Por isso, a formação dos elementos policiais ao nível do uso adequado da força e dos meios coercivos constitui uma necessidade prioritária para a PSP.

Também Fernandes (2018, p. 62) refere que a ação policial tem, frequentemente, lugar “em ambientes integrados, instáveis, complexos, perturbados-reativos e principalmente hostis”, por isso, os polícias melhor treinados e, portanto, mais qualificados, aumentarão a eficiência e a eficácia do efetivo policial, o que, conseqüentemente, poderá traduzir-se numa melhoria geral do relacionamento entre a polícia e a comunidade (McC Campbell, 1987). Paralelamente, uma formação “devidamente orientada pode criar e generalizar uma cultura de superação da tendência para a improvisação, se proporcionar conhecimento sistemático, fundamentar boas práticas técnicas e introduzir conhecimentos de planeamento, organização e preparação do trabalho” (Cardim, 2012, p. 12).

Apesar da Polícia se preparar para cenários na maioria das vezes padronizados, por via da experiência e do conhecimento, muitas ocorrências podem contrariar a rotina, culminando de forma fortuita com opositores violentos que, com relativa facilidade, fazem perigar a integridade física dos polícias e de terceiros.

Por outro lado, o uso da força para fazer cessar estas ações deve obedecer a princípios<sup>35</sup> legais que vinculam a ação policial, mas a urgência e o perigo da situação nem sempre permitem uma avaliação atempada. Por este motivo, uma preparação e treinos adequados podem contribuir para a limitação de eventuais falhas na atuação policial e, conseqüentemente, para um reconhecimento da sua legitimidade por parte da sociedade. Isto é extremamente relevante, porque “a credibilidade da polícia assenta, assim, na competência dos seus membros, na transparência da sua atuação e na confiança que os seus membros inspiram nos cidadãos. A competência pode ser assegurada por (...) uma adequada formação inicial e permanente” (Trechsel, 1999, p. 41).

---

<sup>35</sup> As normas sobre o limite ao uso de meios coercivos obedecem aos princípios da legalidade, necessidade, adequação, proibição de excesso e de proporcionalidade.

#### 4. ANÁLISE À FORMAÇÃO

A PSP mostra-se atenta e consciente das necessidades que a organização apresenta ao nível da formação: “os resultados do diagnóstico efetuado revelam, ainda, um forte pendor pela necessidade de formação de carácter técnico policial” (DNPSP, 2017, p. 72), assim como nos casos de gestão do *stress* pessoal e profissional, de gestão de incidentes críticos e de técnicas de comando e liderança. Também dentro das Grandes Operações Estratégias (DNPSP, 2016, p. 3) se deteta essa necessidade: “impõe-se a revisão e reforço das capacidades ao nível local – Comandos Territoriais – em termos de meios operacionais e de capacitação técnica...” Apesar da consciência, as limitações em proporcionar formação aos polícias são evidentes.

A PSP é a principal formadora dos seus recursos humanos e vê-se compelida a ministrar formação a todo o seu efetivo, de modo a dar resposta às diversas solicitações que o cidadão comum e a nova criminalidade impõem (Moreira, 2011). Porém, este é sempre um processo moroso, que obriga à desafetação dos recursos humanos do trabalho corrente, implicando um elevado custo de oportunidade. Por isto, as formações devem obedecer a critérios de desempenho económico e funcional, caso contrário têm uma forte probabilidade de serem recusadas pela organização (Saraiva, 2018).

Concorda-se que a conciliação da atividade policial com o tempo necessário para ministrar formação seja um contratempo muitas vezes difícil de contornar. Pelo que se entende, que os períodos de formação inicial são os mais indicados para dar formação e cativar os formandos com maior profundidade, “uma vez que, não estando afetos ao trabalho real, há maior disponibilidade para aprender de forma mais sistemática e completa os procedimentos específicos das atividades que vão ser exercidas.” (Cardim, 2012, p. 4). Esta solução, além de não comprometer a atividade normal da instituição, pode criar maior envolvimento do formando nos procedimentos, aumentando as possibilidades de sucesso nas futuras funções.

No que concerne concretamente à formação TIP, da breve comparação entre o CFOP, CFC e CFA, verifica-se que no CFC e CFA as técnicas de intervenção policial funcionam em complementaridade com a defesa pessoal, o que contribui para uma formação mais sólida neste campo. Não é possível verificar essa complementaridade no CFOP, devido à natureza académica que a disciplina de defesa pessoal tem.

Relativamente à formação em defesa pessoal no CFOP, verifica-se que esta incide numa única disciplina de combate, mais propriamente o judo, o que limita o treino em defesa pessoal ao combate de pressão, excluindo outras artes ou desportos de combate

que usem técnicas de percussão (Oliveira N. M., 2012). Na opinião deste autor, a defesa pessoal devia envolver desportos de percussão, permitindo que “em momentos que fosse necessário desferir golpes concretos (socos e pontapés), (...) existiria uma base sobre o modo mais correto de os aplicar e uma noção sobre os seus riscos, ao serem aplicados em determinadas partes do corpo” (2012, pp. 28-29).

Não obstante a importância do judo para a defesa policial, Delvin (2003, p. 79) defende que “as técnicas de defesa no solo são muito perigosas e ineficientes para o polícia”. Apesar da formação se mostrar adequada no que concerne à luta no solo, deve ser considerado treino no sentido de precaver a eventual perda de armamento, uma possibilidade a considerar. Neste aspeto, as TIP podem ser um bom complemento: incentivam a distância de segurança entre o polícia e o suspeito; o treino pode ser realizado com todo o equipamento policial, possibilitando o recurso a qualquer meio em qualquer momento, uma vantagem quando existe, por exemplo, num confronto com mais do que um suspeito.

### **III.**

## **PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO**

O presente estudo tem o seguinte problema fundamental de investigação:

- Qual a percepção dos alunos e Oficiais de Polícia da importância da formação em Técnicas de Intervenção Policial?

Mais especificamente, com a realização do presente estudo pretende-se responder às questões seguintes:

- Os atuais alunos do Curso de Formação de Oficiais de Polícia consideram importante a formação em Técnicas de Intervenção Policial para as suas futuras funções de Oficiais de Polícia?

- Os Oficiais de Polícia, ex-alunos do Curso de Oficiais de Polícia, consideram importante a formação em Técnicas de Intervenção Policial para as suas funções?

- Os atuais alunos e os Oficiais de Polícia já receberam formação em Técnicas de Intervenção Policial?

- Como se sentem os atuais alunos e os Oficiais de Polícia preparados ao nível das Técnicas de Intervenção Policial?

## **IV.**

### **OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO**

O objetivo geral deste estudo é apurar se a formação em Técnicas de Intervenção Policial, no Curso de Formação de Oficiais de Polícia, vai ao encontro das necessidades operacionais percebidas pelos alunos do CFOP, futuros Oficiais de Polícia e pelos Oficiais de Polícia, ex-alunos do CFOP.

Com a realização do estudo pretende-se ainda alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Identificar qual a formação em Técnicas de Intervenção Policial ministrada no Curso de Formação de Oficiais de Polícia.
- Apurar se a formação em Técnicas de Intervenção Policial ministrada no CFOP é considerada adequada às funções do Oficial de Polícia.
- Determinar o nível de importância da formação contínua em Técnicas de Intervenção Policial para o desempenho das funções do Oficial de Polícia.



## **V.**

### **HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO**

Para o presente estudo elencam-se as seguintes hipóteses de investigação:

H1: Os alunos do Curso de Formação de Oficiais de Polícia e os Oficiais ex-alunos do Curso de Formação de Oficiais de Polícia não se sentem convenientemente preparados em Técnicas de Intervenção Policial.

H2: A dificuldade na disponibilização de formação no Curso de Formação de Oficiais de Polícia é uma realidade.

H3: A formação contínua em Técnicas de Intervenção Policial é percecionada como uma mais-valia para todos os Oficiais da PSP.

## VI.

### MÉTODO

Serão aplicados dois questionários a dois grupos com características específicas:

- (1) ao universo dos alunos do CFOP em formação no ISCPSI (1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º anos);
- (2) ao universo dos Oficiais da PSP formados com o CFOP.

Os questionários serão realizados através da plataforma Google Forms, cujo acesso será feito através de um *link* remetido por correio eletrónico profissional, permitindo aos inquiridos responder por via direta e de forma anónima. Os dados recolhidos serão processados, tratados e analisados estatisticamente com recurso ao *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences* – Versão 24.0 para Windows).

#### 1. DEFINIÇÃO DO UNIVERSO

Por universo ou população pode-se entender “o conjunto de indivíduos (pessoas, objetos, empresas, equipamentos, entre outros) com uma ou mais características comuns, que se pretende analisar ou inferir” (Sarmiento, 2013, p. 71). Ainda segundo esta autora, a população pode ser finita ou infinita, consoante tenha ou não um número limitado de elementos, respetivamente (2013).

Assim considerando a abrangência do estudo, ambos os universos são finitos e dizem respeito a todos os alunos do CFOP (133)<sup>36</sup> e a todos os oficiais da PSP (619)<sup>37</sup> oriundos do CFOP.

---

<sup>36</sup> À data da realização do inquérito, segundo dados da Direção de Ensino do ISCPSI existiam 134 alunos nacionais a frequentar o CFOP, onde naturalmente se excluiu o investigador, também aluno.

<sup>37</sup> Segundo dados fornecidos pela Direção de Ensino do ISCPSI, até setembro de 2018 tinham sido diplomados com o CFOP 654 alunos nacionais, sendo 568 masculinos e 86 femininos. A lista de contactos fornecida contabilizava 619 endereços de e-mail válidos.

## 2. DIMENSÃO DA AMOSTRA

Dadas as características dos universos em estudo, o âmbito do trabalho e as limitações temporais, optou-se por enviar o inquérito a todos os elementos constituintes dos universos, efetuando-se, assim, o censo, de onde resultou a amostra.

Construíram-se, assim, as amostras através do total de respondentes, calculando a amostra mínima necessária para um intervalo de confiança ( $\lambda$ ) de 95,46% e uma margem de erro ( $\varepsilon$ ) de 5%, o que corresponde a uma normal standardizada ( $z_{\alpha/2}$ ) de 1,96. O valor de  $p$  varia no intervalo fechado  $[0; 1]$ . Quando não se conhece a proporção ( $p$ ), opta-se pela hipótese mais pessimista, isto é,  $p = 0,5$  (Sarmiento, 2013).

“Para determinar a dimensão de uma amostra aleatória simples ( $n$ ), para uma população finita ( $N$ ), quando se pretende estimar uma proporção da população ( $p$ ), com um nível de confiança ( $\lambda$ ) e um erro ( $\varepsilon$ ) utiliza-se a equação 1:” (Sarmiento, 2013, p. 91).

**Equação 1: Dimensão da amostra para uma população finita.**

$$n = \frac{p \times (1 - p)}{\frac{\varepsilon^2}{z_{\alpha/2}^2} + \frac{p \times (1 - p)}{N}} \quad (1)$$

Feitos os cálculos constantes no Apêndice E, apurou-se que para a amostra ser representativa, era necessário obter 99 respostas dos alunos e 238 respostas dos Oficiais.

Concluída a aplicação dos questionários, obteve-se um total de 106 respostas dos alunos e de 319 respostas dos Oficiais. Apesar do número de respondentes ter sido, em ambos os grupos, superior à amostra mínima necessária, decidiu-se trabalhar todos os resultados, dando assim maior consistência ao estudo.

## 3. INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS: INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO (S)

Foi aplicado um inquérito através de dois questionários: um para aplicação aos atuais alunos do CFOP; outro aos atuais oficiais da PSP ex-alunos do CFOP.

O questionário aos alunos do CFOP foi estruturado em três partes e todas as questões foram configuradas como resposta obrigatória. A parte I do questionário contém

um breve texto de contextualização da temática a tratar, uma explicação sobre a estrutura do mesmo e informações de preenchimento, terminando com o consentimento informado. A parte II, referente à Caracterização Sociodemográfica, é composta por cinco perguntas que visam caracterizar a idade, o sexo, as habilitações literárias, a categoria profissional e o número de anos de serviço na PSP. As questões sobre a idade e número de anos de serviço são abertas, porém limitadas aos valores padrão dentro de cada questão. As restantes perguntas são fechadas de escolha múltipla. A parte III do questionário incide sobre “Técnicas de Intervenção Policial: Formação e Importância”. Contém quinze questões, sendo treze delas fechadas de escolha múltipla, possibilitando estabelecer graus (do menos para o mais) para as questões colocadas, sobre o conhecimento, preparação, utilidade, importância e satisfação; duas das questões são de resposta Sim/Não. Todas as questões (exceto caracterização sociodemográfica) possibilitam ao respondente não responder com a opção – Não sabe/Não responde (Ns/Nr). O CTIP é constituído também pelo módulo de Tiro, que não se incluiu nos questionários, uma vez que o tiro é também alvo de formação própria.

O questionário aos oficiais da PSP, ex-alunos do CFOP, foi também estruturado em três partes e todas as questões foram configuradas como resposta obrigatória. A parte I do questionário contém um breve texto de contextualização da temática a tratar, uma explicação sobre a estrutura do mesmo e informações de preenchimento, terminando com o consentimento informado. A parte II, referente à Caracterização Sociodemográfica, é composta por cinco perguntas que visam caracterizar a idade, o sexo, as habilitações literárias, a categoria profissional e o número de anos de serviço na PSP. As questões sobre a idade e número de anos de serviço são abertas, porém limitadas aos valores padrão dentro de cada questão. As restantes perguntas são fechadas de escolha múltipla. A parte III do questionário incide sobre “Técnicas de Intervenção Policial: Formação e Importância”. Contém vinte e duas questões, sendo quinze delas fechadas de escolha múltipla, possibilitando estabelecer graus (do menos para o mais) para as questões colocadas, sobre o conhecimento, preparação, utilidade, importância e satisfação; sete das questões são de resposta Sim/Não. Todas as questões (exceto caracterização sociodemográfica) possibilitam ao respondente não responder com a opção – Não sabe/Não responde (Ns/Nr). O CTIP é constituído também pelo módulo de Tiro, que não se incluiu nos questionários, uma vez que o tiro é também alvo de formação própria.

#### 4. INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

O processamento, tratamento e análise dos dados recolhidos foram realizados através do *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) – Versão 24.0 para Windows e do *Microsoft Office Excel* 2016.

#### 5. PROCEDIMENTOS

Para a elaboração do questionário recolheu-se a opinião de especialistas académicos e realizou-se uma revisão de literatura sobre estudos semelhantes aos da pesquisa a realizar, com o objetivo de analisar as questões efetuadas, a sua medição e a escolha ou adaptação de escalas de medida já utilizadas. O questionário foi posteriormente validado por um especialista académico, simultaneamente formador do CTIP e um especialista, com larga experiência na área das TIP.

Analizou-se a informação que era necessária recolher e definiu-se o tipo de perguntas a incluir nos questionários, com o objetivo de garantir a verificação das hipóteses da pesquisa. Maioritariamente incidiu-se em questões fechadas, uma vez que facilitam a análise estatística.

Ambos os questionários foram submetidos a um pré-teste, visando um conjunto de verificações, por forma a confirmar a sua aplicação com êxito, para responder de forma efetiva aos problemas levantados para a investigação (Sousa & Baptista, 2011). Assim, após a construção e desenho dos questionários em papel, estes foram aplicados a pessoas dos universos em estudo (alunos e oficiais) e a dois formadores do CTIP, de forma a identificar inconsistências ou complexidades nas questões, termos técnicos, dimensão do questionário e tempo de resposta.

Findo este processo, e depois de realizadas as alterações sugeridas, submeteu-se os questionários a um segundo pré-teste, a novos elementos do universo em estudo, já através da aplicação *Google forms*, para testar este mecanismo. Em ambos os casos foi explicado aos respondentes o objetivo do pré-teste e solicitou-se a sua opinião sobre o questionário, o tempo que demoraram a preencher e eventuais dificuldades ou dúvidas no preenchimento. Realizou-se a análise dos questionários respondidos e ouviu-se a opinião dos inquiridos. Verificou-se que, de um modo geral, os questionários eram compreensíveis e fáceis de responder, não se tendo registado qualquer dificuldade. Estas respostas não foram incluídas no presente estudo.

A implementação dos questionários decorreu durante o mês de fevereiro de 2019. O pedido para a aplicação e respetiva autorização para a aplicação dos questionários constam no Apêndice A e Apêndice B, respetivamente.

Feita a validação, realizados os pré-testes e aplicadas as alterações sugeridas foram construídas as versões finais dos questionários, que constam do Apêndice C e D.

Os questionários foram elaborados numa aplicação do Google – *GoogleForms* – (Formulários Google), que permitiu a construção e a configuração personalizada dos questionários e a sua remessa aos respondentes através de um *Link* gerado automaticamente pela aplicação.

Os questionários foram enviados por correio eletrónico para o endereço profissional de cada elemento do universo em estudo e todas as respostas foram rececionadas de forma automática numa folha Excel e, posteriormente, migradas também automaticamente para o *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences* – Versão 24.0 para Windows), onde foram processadas, tratadas e analisadas estatisticamente.

O teste utilizado para a validação das Hipóteses foi o teste do Qui-Quadrado. O valor de “p” foi comparado com o nível de significância que pretendemos usar no estudo e que, em geral se considera 5%. Se “p” for menor que o nível de significância considerado concluímos que as diferenças encontradas são significativas, se for maior, então não se observam diferenças significativas (Marôco, 2014).

Conseguiu-se no decorrer do estudo garantir o anonimato, e obter um elevado número de respostas, em ambos os casos, possibilidade viabilizada pela aplicação usada para a construção e envio dos questionários.

Por esta via possibilitou-se ao inquirido responder na altura que lhe fosse mais oportuna, garantindo também que cada respondente só conseguiria responder uma única vez ao questionário, evitando uma eventual duplicação de respostas.

Todas as questões foram configuradas como resposta obrigatória e para se apresentarem ao respondente de forma isolada, só permitindo o acesso à questão seguinte depois de respondida a questão anterior, o que permitiu, por um lado, evitar respostas em branco e, por outro, evitar confusão na seleção da resposta ao aceder a várias questões ao mesmo tempo. Porém, foi dada em todas as questões (exceto caracterização sociodemográfica) a liberdade de o respondente não responder através da opção “Não sabe/Não responde” (Ns/Nr).

Como referido, a recolha e o processamento de dados foram feitos de forma automática, para uma folha de cálculo Excel e, posteriormente, migrados também de forma automática, para o *software* SPSS, evitando, assim, erros de leitura e transcrição por parte do investigador.

Este procedimento possibilitou analisar vários parâmetros da amostra da população, sistematizar melhor os resultados e, conseqüentemente, originar uma análise mais robusta através de comparações entre as respostas dos inquiridos, as várias análises de correlação e de segmentação, o que nos permitiu generalizar os resultados obtidos. Foi ainda possível introduzir no corpo do inquérito uma questão de cariz ético, sobre o consentimento informado dos respondentes, que automaticamente os retirava do inquérito se optassem pelo não consentimento.

## **VII.**

### **RESULTADOS**

#### **1. CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS INQUIRIDOS**

Os alunos apresentam uma média de idades de 24,10 anos, (desvio padrão= 5,048), sendo 66% (n= 70) do sexo masculino e 34% (n= 36) do sexo feminino. Em matéria de habilitações literárias, encontrou-se neste grupo a prevalência de habilitações ao nível do 12.º ano de escolaridade com 57,5% (n= 61), seguido do grau de Licenciatura com 37,7% (n= 40), existindo ainda 3,8% (n= 4) de alunos habilitados com o grau de Mestre e 0,9% (n= 1) possui pós-graduação. Não se registam diferenças significativas entre as habilitações literárias e o sexo dos alunos (Qui-Quadrado= 0,918 com p= 0,821). No que diz respeito à categoria, registou-se uma divisão muito similar pelos cinco anos letivos, com 20,8% (n= 22) de cadetes do 1.º ano; 21,7% (n= 23) de cadetes do 2.º ano; 17% (n= 18) cadetes do 3.º ano; 20,8% (n= 22) de cadetes do 4.º ano e 19,8% (n= 21) de Aspirantes a Oficial de Polícia. Foi ainda possível fazer a destriça entre os alunos que já eram polícias antes de entrar no CFOP e aqueles que entraram diretamente da vida civil para o curso: a maioria é proveniente da vida civil (71,7%; n= 76) e têm uma média de idades de 21,76 anos (d. padrão= 2,921); cerca de 28,3% (n= 30) já eram polícias antes de ingressar no CFOP, apresentando uma média de idades de 30,03 anos (desvio padrão= 4,414). No global dos respondentes, apurou-se que possuem uma média de 4,12 anos de serviço (min.= 1; max.= 20; desvio padrão= 2,997).

Quanto aos respondentes da carreira de Oficial de Polícia, estes apresentam uma média de idades de 36,71 anos (min.= 23; max.= 59; desvio padrão= 8,077) sendo maioritariamente (84,9%; n= 270) do sexo masculino e 15,4% (n= 49) do sexo feminino. Em matéria de habilitações literárias, encontramos neste grupo a prevalência de habilitações ao nível do grau de Mestre (59,6%; n= 190), seguido do grau de Licenciado (31,7%; n= 101), e pós-graduação (6,9%; n= 22), havendo ainda 1,9% (n= 6) com o grau de Doutor. Também aqui não há diferenças significativas entre o sexo e o grau académico (Qui-Quadrado= 4,181 com p= 0,243).



No que concerne à categoria profissional registou-se nos Oficiais respondentes uma maior frequência de respostas na categoria de Subcomissário (41,7%; n= 133), seguido da categoria de Comissário (30,4%; n= 97) e de Subintendente (15%; n= 48). Seguidamente, a categoria mais representativa foi a de Superintendente, com 7,8% (n= 25) das respostas, a de Intendente com 4,1% (n= 13) e de Superintendente-Chefe com 0,9% (n= 3). Os Oficiais respondentes registam uma média de 16,69 anos de serviço (min.= 5; max.=36; desvio padrão= 7,706).

## 2. TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA

Através das tabelas<sup>38</sup> seguintes serão primariamente apresentados os resultados diretos das respostas aos questionários; em seguida serão descritas as inferências mais relevantes sobre as relações efetuadas.

Na análise à tabela 2, verifica-se que os alunos responderam em maior percentagem que conhecem os conteúdos do CTIP, embora com pouca expressão face à percentagem dos que conhecem pouco; já nos Oficiais apurou-se uma maior percentagem de respostas em “conhece” ou “conhece bem”, porém, 19,7% dos oficiais refere que “conhece pouco”.

Relacionadas as respostas com a categoria dos alunos, verificaram-se diferenças significativas (Qui-Quadrado= 45,074 com p= 0,000) com os alunos do 1.º ano a responderem mais frequentemente que desconhecem, (45,5%; n= 10) ou conhecem pouco, (22,7%; n= 5), face ao 4.º ano que maioritariamente (72,7%; n= 16) disse conhecer os conteúdos. As respostas dos restantes anos registam maior percentagem e de forma mais ou menos similar entre “conhece” e “conhece pouco”. Relacionado o grau de conhecimento com os alunos polícias e não polícias (Qui-Quadrado= 17,089 com p= 0,000), regista-se que 53,3% (n= 16) dos alunos polícias dizem conhecer os conteúdos, e 26,7% (n= 8) responderam conhecer bem. Já os alunos não polícias, de forma mais ou menos similar, responderam, conhecer pouco (38,2%; n= 29) ou conhecer os conteúdos (36,8%; n=28). Estes resultados podem ser justificados pelo facto de os polícias fazerem formação TIP no CFA.

Nos Oficiais não se registou significância (Qui-Quadrado= 27,162 com p= 0,131) entre a categoria e o grau de conhecimento, sendo verificada em praticamente todas as

---

<sup>38</sup> Muitas das questões colocadas a ambos os grupos respondentes coincidem numericamente. Para as que não coincidem, será partilhada em cada tabela o número correspondente, sendo que o primeiro número pertence sempre ao questionário dos alunos.

categorias maior resposta em “conheço” e “conheço bem”, com a exceção dos Superintendentes-Chefes, que responderam maioritariamente “conheço pouco” ou “conheço”, apesar da amostra nesta categoria ser muito reduzida (0,9%; n= 3). Este último resultado pode estar relacionado com o facto destes inquiridos terem feito o CFOP antes de existir formação em TIP. Também nos Subcomissários se registou como segunda opção mais respondida “conheço pouco”.

**Tabela 2: Grau de conhecimento acerca dos conteúdos do CTIP.**

Q.6	Alunos		Oficiais	
	n	%	n	%
Desconheço	14	13,2	12	3,8
Conheço pouco	34	32,1	63	19,7
Conheço	44	41,5	153	48,0
Conheço bem	12	11,3	90	28,2
Não sabe/Não responde	2	1,9	1	,3
Total	106	100,0	319	100,0

Em ambos os grupos de estudo houve, maioritariamente, contacto com algum dos módulos do CTIP (tabela 3). Feita a relação entre o contacto com a formação e a formação recebida no CFOP, verificou-se, em ambos os casos, que quem teve contacto com a formação considera que teve alguma formação (alunos: Qui-Quadrado= 84,431 com  $p=0,000$ ; Oficiais: Qui-Quadrado= 184,329 com  $p=0,000$ ).

**Tabela 3: Tiveram contacto com algum módulo do CTIP.**

Q.7	Alunos		Oficiais	
	n	%	n	%
Sim	83	78,3	231	72,4
Não	21	19,8	86	27,0
Não sabe/Não responde	2	1,9	2	,6
Total	106	100,0	319	100,0

Através da análise da tabela 4, pode-se verificar que a maior percentagem dos alunos e dos Oficiais teve formação, mas sem qualquer avaliação, tendo sido a avaliação prática a mais realizada pelos alunos, enquanto que nos Oficiais foram ambas as avaliações (teórica e prática).

**Tabela 4: Tiveram formação em algum dos módulos do CTIP no CFOP.**

Q. 8	Alunos		Oficiais	
	n	%	n	%
Não tive formação em nenhum dos módulos	22	20,8	94	29,5
Sim, sem qualquer avaliação	50	47,2	115	36,1
Sim, só com avaliação teórica	1	,9	5	1,6
Sim, só com avaliação prática	22	20,8	44	13,8
Sim, com ambas as avaliações	11	10,4	61	19,1
Não sabe/Não responde	-	-	-	-
Total	106	100,0	319	100,0

Na tabela 5 verifica-se que cerca de 50% dos alunos e dos Oficiais consideram-se pouco preparados para aplicar técnicas de defesa pessoal. Constatou-se que em todas as questões sobre o nível de preparação (da questão 9 à questão 15), independentemente do nível de preparação demonstrado pelos respondentes, os Oficiais mostraram estar melhor preparados que os alunos.

Relacionada a formação recebida no CFOP (questão 8) com o nível de conhecimentos para aplicar conteúdos TIP (da questão 9 à questão 15), verificou-se em praticamente todas elas,<sup>39</sup> existir significância entre o nível de preparação e a formação recebida, no sentido de que quem nunca recebeu formação se sente em maior percentagem “nada preparado” ou “pouco preparado”, enquanto, que quem fez formação com ambas as avaliações (teórica e prática) se sente em maior percentagem “preparado” ou “pouco preparado”. Os respetivos valores apurados destas significâncias serão indicados junto da tabela correspondente à questão relacionada: (questão 9\*8 alunos: Qui-Quadrado= 40,647 com  $p=0,000$ ; Oficiais: Qui-Quadrado=50,839 com  $p=0,000$ ).

**Tabela 5: Nível de preparação para aplicar técnicas de Defesa Policial.**

Q.9	Alunos		Oficiais	
	n	%	n	%
Nada preparado	26	24,5	50	15,7
Pouco preparado	52	49,1	167	52,4
Preparado	20	18,9	95	29,8
Muito preparado	-	-	5	1,6
Não sabe/Não responde	8	7,5	2	,6
Total	106	100,0	319	100,0

<sup>39</sup> Apenas na questão 11 aos alunos não se verificou significância (Qui-Quadrado= 23,702 com  $p=0,096$ ) entre a formação recebida no CFOP e o nível de preparação para aplicar impactos de defesa, com bastão policial.

Na questão relativa ao nível de preparação para efetuar algemagens (tabela 6), as respostas dos alunos dividem-se entre o “pouco preparado” e o “nada preparado”. Os Oficiais registam maior percentagem na resposta “pouco preparado” embora se registre 28,2% (n= 90) de respostas em “preparado”. (Questão 10\*8 alunos: Qui-Quadrado= 38,187 com  $p=0,001$ ; Oficiais: Qui-Quadrado=50,839 com  $p=0,000$ ).

**Tabela 6: Nível de preparação para efetuar algemagens de alto risco.**

Q.10	Alunos		Oficiais	
	n	%	n	%
Nada preparado	40	37,7	62	19,4
Pouco preparado	42	39,6	157	49,2
Preparado	18	17,0	90	28,2
Muito preparado	1	,9	7	2,2
Não sabe/Não responde	5	4,7	3	,9
Total	106	100,0	319	100,0

Nos dados apresentados na tabela 7, a maior percentagem dos alunos respondeu “nada preparado” ou “pouco preparado” para efetuar impactos de defesa com o bastão policial; os Oficiais responderam em maior percentagem “pouco preparado” e “preparado”, embora esta percentagem seja próxima dos que se sentem nada preparados. (Questão 11\*8 Oficiais: Qui-Quadrado=34,887 com  $p=0,004$ ).

**Tabela 7: Nível de preparação para efetuar impactos de defesa com bastão policial.**

Q.11	Alunos		Oficiais	
	n	%	n	%
Nada preparado	45	42,5	91	28,5
Pouco preparado	39	36,8	121	37,9
Preparado	16	15,1	95	29,8
Muito preparado	1	,9	9	2,8
Não sabe/Não responde	5	4,7	3	,9
Total	106	100,0	319	100,0

Relativamente ao nível de preparação para efetuar abordagens de alto risco em viaturas (tabela 8), em ambos os grupos a resposta mais assinalada é “pouco preparado”, existindo nos alunos maior frequência de “nada preparado” face ao “preparado”, enquanto que nos Oficiais, estas duas possibilidades registam valores muito idênticos. (Questão 12\*8

alunos: Qui-Quadrado= 49,018 com  $p=0,000$ ; Oficiais: Qui-Quadrado=38,374 com  $p=0,001$ ).

**Tabela 8: Nível de preparação para abordagens de alto risco a viaturas.**

Q.12	Alunos		Oficiais	
	n	%	Frequency	%
Nada preparado	31	29,2	83	26,0
Pouco preparado	53	50,0	143	44,8
Preparado	16	15,1	86	27,0
Muito preparado	1	,9	5	1,6
Não sabe/Não responde	5	4,7	2	,6
Total	106	100,0	319	100,0

Na questão sobre o nível de preparação para efetuar movimentação tática no interior de edifícios (tabela 9), a maioria dos alunos respondeu “nada preparado” e os Oficiais em maior percentagem assinalaram “pouco preparado”. (Questão 13\*8 alunos: Qui-Quadrado= 34,719 com  $p=0,001$ ; oficiais: Qui-Quadrado=56,197 com  $p=0,000$ ).

**Tabela 9: Nível de preparação para efetuar movimentação tática/interior de edifícios.**

Q.13	Alunos		Oficiais	
	n	%	n	%
Nada preparado	53	50,0	93	29,2
Pouco preparado	36	34,0	155	48,6
Preparado	13	12,3	63	19,7
Muito preparado	-	-	6	1,9
Não sabe/Não responde	4	3,8	2	,6
Total	106	100,0	319	100,0

Na tabela 10, são apresentados os dados sobre o nível de preparação para efetuar movimentação tática no exterior dos edifícios, onde, maioritariamente, os alunos responderam “nada preparado” e os Oficiais em maior percentagem responderam “pouco preparado”, com 28,5% a responder “nada preparado”. (Questão 14\*8 alunos: Qui-Quadrado= 39,774 com  $p=0,000$ ; Oficiais: Qui-Quadrado=52,818 com  $p=0,000$ ).

**Tabela 10: Nível de preparação para efetuar movimentação tática/exterior de edifícios.**

Q.14	Alunos		Oficiais	
	n	%	n	%
Nada preparado	57	53,8	91	28,5
Pouco preparado	33	31,1	159	49,8
Preparado	12	11,3	63	19,7
Muito preparado	-	-	5	1,6
Não sabe/Não responde	4	3,8	1	,3
Total	106	100,0	319	100,0

Para a questão sobre o nível de preparação para a estabelecer diretrizes para uma primeira abordagem a um ITP (tabela 11), verificou-se que uma maior percentagem de alunos se sente “pouco preparado” ou “nada preparado”. Já nos Oficiais, apesar do maior registo ser “pouco preparado”, a percentagem de “preparado” com “muito preparado” passa esse registo. Poderá ser justificativo para este resultado nos Oficiais - mais preparados do que o que se tem vindo a registar, por esta ser uma matéria abordada também noutros cursos e também por ser uma matéria muito própria das subunidades da UEP. (Questão 15\*8 alunos: Qui-Quadrado= 39,215 com  $p=0,000$ ; Oficiais: Qui-Quadrado=38,548 com  $p=0,001$ ).

**Tabela 11: Nível de preparação para primeira abordagem de ITPS.**

Q.15	Alunos		Oficiais	
	n	%	n	%
Nada preparado	37	34,9	51	16,0
Pouco preparado	45	42,5	130	40,8
Preparado	17	16,0	116	36,4
Muito preparado	2	1,9	17	5,3
Não sabe/Não responde	5	4,7	5	1,6
Total	106	100,0	319	100,0

Na questão sobre o nível de utilidade que o CTIP tem para a análise e decisão tática de um comandante (tabela 12), alunos e Oficiais responderam, maioritariamente, ser “muito útil” ou “útil”.

**Tabela 12: Nível de utilidade para a análise e decisão tática.**

Q.16/Q.20	Alunos		Oficiais	
	n	%	n	%
Nada útil	-	-	2	,6
Pouco útil	2	1,9	10	3,1
Útil	25	23,6	102	32,0
Muito útil	72	67,9	197	61,8
Não sabe/Não responde	7	6,6	8	2,5
Total	106	100,0	319	100,0

Em matéria de utilidade do CTIP para a apreciação do uso dos meios coercivos (tabela 13), a maioria dos alunos e Oficiais respondeu ser “muito útil” ou “útil”. Verificou-se, ainda, que houve significância (Qui-Quadrado= 6,831 com  $p=0,033$ ) entre as respostas dadas pelos alunos já policiais e os alunos não policiais: 90% dos alunos já policiais responderam ser “muito útil” face aos alunos não policiais que assinalaram esta opção em 65,8% dos casos.

**Tabela 13: Nível de utilidade para a apreciação do uso dos meios coercivos.**

Q.17/Q.21	Alunos		Oficiais	
	n	%	n	%
Nada útil	-	-	1	,3
Pouco útil	-	-	5	1,6
Útil	22	20,8	106	33,2
Muito útil	77	72,6	200	62,7
Não sabe/Não responde	7	6,6	7	2,2
Total	106	100,0	319	100,0

Como é possível inferir através da tabela 14, ambos os grupos em estudo responderam maioritariamente ser “muito importante” e “importante” a formação em TIP para as funções de Oficial de Polícia.

Registou-se, nos alunos, que a maioria das categorias respondeu ser “muito importante” e “importante” o CTIP para as funções do Oficial de Polícia, com o 4.º ano a responder maioritariamente (54,5%;  $n= 12$ ) “importante”.

Nos Oficiais, verificou-se que as categorias de Subcomissário, Comissário e Intendente responderam maioritariamente ser muito importante, enquanto as categorias de Subintendente, Superintendente e Superintendente-Chefe responderam maioritariamente

ser importante. Não se registaram nestas respostas diferenças significativas entre as respostas dos homens e das mulheres. Realçando-se, no entanto, que 35 das 49 mulheres Oficiais que responderam a este estudo assinalaram ser “muito importante” o CTIP para as funções de um Oficial de Polícia.

**Tabela 14: Nível de importância do CTIP para as funções de Oficial de Polícia.**

Q.18/Q.25	Alunos		Oficiais	
	n	%	n	%
Nada importante	-	-	1	,3
Pouco importante	-	-	8	2,5
Importante	40	37,7	130	40,8
Muito importante	63	59,4	179	56,1
Não sabe/Não responde	3	2,8	1	,3
Total	106	100,0	319	100,0

Quanto ao nível de satisfação com a formação recebida no CFOP (tabela 15), registou-se semelhança nas respostas dos dois grupos respondentes: alunos e Oficiais mostram-se pouco satisfeitos ou insatisfeitos, sendo os Oficiais os mais satisfeitos.

Verifica-se serem significantes (Qui-Quadrado= 11,583 com  $p=0,009$ ) as respostas dos alunos polícias com 50% ( $n= 15$ ) dos inquiridos a responderem “pouco satisfeito” e em 40% ( $n= 12$ ) dos casos “insatisfeito”. Já a maior percentagem (37%;  $n= 28$ ) dos alunos não polícias responderam “pouco satisfeito” e em 26% ( $n= 20$ ) dos casos “Ns/Nr”. São ainda estes alunos os que mais se mostram satisfeitos com a formação recebida no CFOP (15%;  $n= 11$ ).

Relacionadas as respostas do nível de satisfação com a formação em TIP com o sexo dos alunos respondentes, verifica-se que não há diferenças significativas nas respostas (Qui-Quadrado= 7,456 com  $p=0,059$ ). De realçar, porém, que 12 das 36 mulheres alunas respondentes assinalaram “Ns/Nr”.

Verifica-se ainda haver significância (Qui-Quadrado= 38,348 com  $p=0,000$ ) entre a formação tida pelos alunos no CFOP e o nível de satisfação com a mesma, sendo que quem teve formação com ambas as avaliações (teórica e prática) ou com avaliação prática, respondeu em maior percentagem estar pouco satisfeitos ou satisfeitos com a formação recebida. Já os alunos que não tiveram formação ou que a tiveram mas sem qualquer avaliação responderam em maior percentagem pouco satisfeitos ou insatisfeitos. Porém



54,5% (n= 12) dos alunos que não tiveram formação responderam “Ns/Nr” (estes correspondem aos alunos do 1.º ano que ainda não tiveram formação no CFOP).

De igual forma, registou-se a mesma significância (Qui-Quadrado=99,758 com  $p=0,000$ ) entre a formação recebida pelos Oficiais no CFOP e o seu nível de satisfação, na exata medida do que se verificou para os alunos: o nível de satisfação é maior em quem recebeu formação essencialmente com ambas as avaliações e menor em quem não recebeu qualquer formação. Ainda nos Oficiais registaram-se diferenças significativas (Qui-Quadrado=14,310 com  $p=0,006$ ) no que diz respeito ao sexo dos respondentes: as mulheres responderam em maior número estar pouco satisfeitas (n= 27) ou insatisfeitas (n=19), enquanto os homens se mostraram em maior número pouco satisfeitos (n= 123) ou satisfeitos (n=67).

**Tabela 15: Nível de satisfação com a formação em TIP recebida no CFOP.**

Q.19/Q.16	Alunos		Oficiais	
	n	%	n	%
Insatisfeito	29	27,4	82	25,7
Pouco satisfeito	43	40,6	150	47,0
Satisfeito	14	13,2	69	21,6
Muito satisfeito	-	-	3	,9
Não sabe/Não responde	20	18,9	15	4,7
Total	106	100,0	319	100,0

Na tabela 16, verifica-se que ambos os grupos atribuem grande importância (98%) um Oficial de Polícia receber formação TIP no CFOP.

**Tabela 16: Receber formação TIP no CFOP é importante para um Oficial de Polícia.**

Q.20/Q.27	Alunos		Oficiais	
	n	%	n	%
Sim	104	98,1	314	98,4
Não	-	-	5	1,6
Não sabe/Não responde	2	1,9	-	-
Total	106	100,0	319	100,0

Verifica-se que a maioria dos Oficiais (63,9%; n= 204) não recebeu formação em TIP após o CFOP (tabela 17), sendo que a diferença entre quem fez e quem não fez formação após o CFOP é mais acentuada nas mulheres, que na sua maioria (n=40) não fez formação após o CFOP (Qui-Quadrado=14,444 com p=0,001).

**Tabela 17: Já fez o CTIP, após o CFOP.**

Q.17	Oficiais	
	n	%
Sim	114	35,7
Não	204	63,9
Não sabe/Não responde	1	,3
Total	319	100,0

Na tabela 18, pode-se observar, de igual forma, que a maioria dos Oficiais não tem recebido formação contínua em Técnicas de Intervenção Policial.

**Tabela 18: Tem recebido formação contínua em TIP.**

Q.18	Oficiais	
	n	%
Sim	46	14,4
Não	273	85,6
Não sabe/Não responde	-	-
Total	319	100,0

Questionados os Oficiais sobre o nível de preparação para aplicar os conteúdos TIP (tabela 19), verifica-se uma maior percentagem (46,1%; n= 147) de respostas em “pouco preparado”, não obstante de 31,7% (n= 101) se sentirem preparados. Constata-se ainda haver significância (Qui-Quadrado=26,770 com p=0,044) entre a formação recebida no CFOP e o nível de preparação para aplicar os conteúdos do CTIP, na medida em que quem fez formação, nomeadamente com ambas as avaliações teórica e prática, se sente melhor preparado face a quem não recebeu a formação. É igualmente significativa (Qui-Quadrado=112,119 com p=0,000) o nível de preparação para aplicar conteúdos TIP face à formação recebida após o CFOP, sentindo-se estes melhor preparados face a quem não recebeu formação. Verifica-se ainda significância (Qui-Quadrado=115,615 com p=0,000) entre o nível de preparação e quem recebeu formação contínua: 42 dos 46 elementos que

recebeu formação contínua, respondeu estar “preparado” ou “muito preparado” (em todos os casos estes resultados podem estar relacionados com a preparação da UEP).

Verifica-se também haver significância entre o sexo dos inquiridos (Qui-Quadrado=25,496 com  $p=0,000$ ) registando-se que as Oficiais femininas se sentem pior preparadas, respondendo maioritariamente “pouco preparado” e “nada preparado”. Relativamente ao sexo masculino, apesar da maioria se sentir “pouco preparado”, há muitos registos em “preparado” e “muito preparado”.

**Tabela 19: Qual o nível de preparação para aplicar os conteúdos do CTIP.**

Q.19	Oficiais	
	n	%
Nada preparado	39	12,2
Pouco preparado	147	46,1
Preparado	101	31,7
Muito preparado	25	7,8
Não sabe/Não responde	7	2,2
Total	319	100,0

A maioria dos Oficiais (84,6%;  $n=270$ ) já manietou ou algemou um suspeito (tabela 20), havendo significância (Qui-Quadrado=28,855 com  $p=0,000$ ) entre esta ação e o sexo dos Oficiais, tendo a maioria (89,3%;  $n=241$ ) das manietações/algemagens sido realizada pelo sexo masculino. Igualmente verificou-se significância (Qui-Quadrado=9,807 com  $p=0,007$ ) entre quem fez manietações/algemagens e a formação realizada após o CFOP tendo 60,4% ( $n=163$ ) das manietações/algemagens sido feitas por quem não fez formação após o CFOP.

**Tabela 20: Em serviço já manietou e/ou algemou um suspeito.**

Q.22	Oficiais	
	n	%
Sim	270	84,6
Não	49	15,4
Não sabe/Não responde	-	-
Total	319	100,0

A maioria dos Oficiais inquiridos já usou meios coercivos de baixa potencialidade letal num suspeito (tabela 21). Existe, nestes resultados significância com o sexo (Qui-

Quadrado=26,094 com  $p=0,000$ ) onde 91,1% ( $n=205$ ) dos recursos foram feitos pelo sexo masculino e só 8,9% ( $n=20$ ) pelo sexo feminino (20 das 49 mulheres). Verificou-se igualmente ser significativa (Qui-Quadrado=13,167 com  $p=0,010$ ) a relação entre quem usou os meios coercivos e quem fez a formação em TIP após o CFOP, sendo que a maioria que fez uso, (57,8%;  $n=130$ ) não fez formação depois do CFOP.

**Tabela 21: Já utilizou meios coercivos de baixa potencialidade letal num suspeito.**

Q.23	Oficiais	
	n	%
Sim	225	70,5
Não	92	28,8
Não sabe/Não responde	2	,6
Total	319	100,0

Na tabela 22, verificou-se que a maioria dos Oficiais já perseguiu de forma apeada um suspeito, tendo estas perseguições, maioritariamente sido feitas por Oficiais masculinos (90%) e apenas 10% terem sido feitas por mulheres, porém este valor é representativo de mais de 50% das mulheres (26 em 49), (Qui-Quadrado=35,858 com  $p=0,000$ ).

**Tabela 22: Já perseguiu de forma apeada um suspeito.**

Q.24	Oficiais	
	n	%
Sim	263	82,4
Não	55	17,2
Não sabe/Não responde	1	,3
Total	319	100,0

A maioria dos Oficiais considera “importante” ou “muito importante” receber formação contínua em TIP (tabela 23). Verificou-se também aqui haver significância (Qui-Quadrado=13,429 com  $p=0,009$ ) entre o sexo dos inquiridos, com a maioria dos homens a responder “importante” ou “muito importante” receber formação contínua em TIP, com um pequeno número ( $n=21$ ) a responder pouco importante. Já a maioria das mulheres respondeu “muito importante” e “importante”.

Houve nesta questão significância (Qui-Quadrado=44,968 com  $p=0,001$ ) entre a categoria dos respondentes. Nas categorias de Subcomissário e Comissário regista-se em maior número a resposta “muito importante”, enquanto que nas restantes categorias a maior percentagem diz ser “importante”. De referir ainda que, na categoria de Intendente e Superintendente, cerca de 23% dos casos responderam ser “pouco importante”, assim como nos Superintendentes-Chefes 33% ( $n=1$ ) respondeu ser “pouco importante”.

**Tabela 23: É importante para o Oficial de Polícia receber formação contínua em TIP.**

Q.26	Oficiais	
	n	%
Nada importante	2	0,6
Pouco importante	21	6,6
Importante	148	46,4
Muito importante	147	46,1
Não sabe/Não responde	1	,3
Total	319	100,0

## VIII.

### DISCUSSÃO

O CTIP existe na PSP, como atrás referido, desde 2003. Porém, o CFOP existe desde o ano letivo de 1984/1985, o que explica que grande parte dos Oficiais não tenha tido a formação no seu CFOP.

Também muitos dos Oficiais estiveram ou estão colocados em unidades de elite da PSP, o que pode indicar um nível de preparação acima da média.

No entanto, foi objetivo contar com a opinião de todos os Oficiais para a elaboração deste trabalho, por se entender ser importante o seu contributo, não tendo sido feita distinção nas datas de frequência do CFOP ou na sua unidade de colocação, o que poderia, em alguns casos, permitir a identificação dos respondentes e limitar o interesse em participar no estudo.

Para o presente estudo foram apresentadas três hipóteses de investigação. Confirmar-se-á de seguida a sua verificação ou não.

H1: Os alunos do Curso de Formação de Oficiais de Polícia e os Oficiais ex-alunos do Curso de Formação de Oficiais de Polícia não se sentem convenientemente preparados em Técnicas de Intervenção Policial.

A hipótese verifica-se. Nas questões sobre o nível de preparação nas diferentes matérias constituintes do CTIP, os alunos do CFOP responderam maioritariamente “pouco preparado” ou “nada preparado”, não se encontrando nessas respostas diferenças significativas entre ser aluno polícia ou aluno não polícia. Relativamente aos Oficiais, todas as questões apresentam maior percentagem de resposta “pouco preparado”, embora cerca de 36% se considerem preparados para uma primeira abordagem de Incidentes Táticos Policiais e cerca de 30% se considerem preparados nas matérias de defesa policial, algemagens de alto risco e uso do bastão policial. Na matéria de abordagem de alto risco sem colaboração a uma viatura, 27% consideram-se preparados. Nas matérias sobre movimentação tática no interior e exterior de edifícios cerca de 20% consideram-se

preparados. De forma direta, na questão aos Oficiais sobre o seu nível de preparação para aplicar conteúdos do CTIP, 46,1% (n= 147) responderam “pouco preparado”.

H2: A dificuldade na disponibilização de formação no Curso de Oficiais de Polícia é uma realidade.

Considera-se que esta hipótese se verifica em parte. Constatou-se que 78% dos alunos teve contato com a formação em TIP no CFOP; cerca de 47% teve formação sem avaliação, 21% fez formação só com avaliação prática e apenas 10% fez formação com ambas as avaliações. Só cerca de 21% não fez formação em qualquer módulo (correspondendo estes ao 1.º Ano). No entanto, quem teve formação sente-se melhor preparado. Nos Oficiais, observou-se que 72% teve contacto com a formação no CFOP; 36% teve formação sem qualquer avaliação; 14% teve formação com avaliação prática; 19% fez formação com ambas as avaliações. Cerca de 30% não fez formação em qualquer módulo (admite-se que estes possam ser oficiais formados antes da existência do CTIP).

Assim, a existência de formação parece ser uma realidade. No entanto, verifica-se que a mesma nem sempre é disponibilizada de acordo com o regulamento da formação, por esta não ser alvo de uma avaliação teórica e prática. Como observado, a formação dada no CFOP foi maioritariamente sem qualquer avaliação. Isto prejudica o resultado final, uma vez que se apurou que quem fez a formação com a respetiva avaliação teórica e prática se sente melhor preparado face a quem teve formação sem qualquer avaliação.

H3: A formação contínua em Técnicas de Intervenção Policial é percecionada como uma mais-valia para todos os Oficiais da Polícia de Segurança Pública.

A hipótese verifica-se. Apesar de se constatar que apenas 36% dos Oficiais fizeram o CTIP após o CFOP e que 86% responderam que não receberam formação contínua nesta área, verifica-se que a formação contínua é percecionada em 46% dos casos como “muito importante” e, igualmente em 46% das respostas, como “importante”. Só cerca de 7% consideram pouco ou nada importante.

Considerando os objetivos propostos para a presente investigação, concluiu-se que os mesmos foram atingidos na sua totalidade.

Quanto ao objetivo geral:

Apurar se a formação em Técnicas de Intervenção Policial no Curso de Formação de Oficiais de Polícia vai ao encontro das necessidades operacionais percecionadas pelos alunos do Curso de Formação de Oficiais de Polícia - futuros Oficiais e pelos Oficiais de Polícia, ex-alunos do Curso de Formação de Oficiais de Polícia.

O objetivo foi alcançado. Foi possível apurar através das respostas apresentadas, que, de um modo geral, alunos e Oficiais atribuem muita importância à formação em TIP. Ambos os grupos estudados dizem ser “muito útil” para um comandante esta formação, quer para a sua análise e decisão tática, quer para as suas funções de supervisão e avaliação do uso de meios coercivos. Porém, alunos e oficiais consideram-se em grande número “pouco preparados” para executar ações de âmbito técnico policial abrangidas especificamente pelo CTIP. Daí registar-se que os alunos, em 41% (n= 43) dos casos, tenham respondido que se sentem “pouco satisfeitos” e em 27% (n= 29) dos casos que se sentem “insatisfeitos” com a formação recebida no CFOP. Também os Oficiais, em 47% (n= 150) dos casos, se consideram “pouco satisfeitos” e em 26% (n= 82) se dizem “insatisfeitos”. Por isto, conclui-se que a formação em TIP no CFOP não vai ao encontro das necessidades percebidas pelos alunos e Oficiais.

No que concerne aos objetivos específicos:

Identificar qual a formação em Técnicas de Intervenção Policial ministrada no Curso de Formação de Oficiais de Polícia.

Considera-se que o objetivo foi igualmente alcançado. Apesar de nem todos os Oficiais terem feito o CFOP já na vigência do CTIP, apurou-se, através do número de respondentes nas categorias de Comissário (n= 97) e de Subcomissário (n= 133), que a maioria dos respondentes fez o seu CFOP existindo já o CTIP. Também através das respostas recebidas foi possível apurar que 78% (n= 83) dos alunos e 72% (n= 231) dos Oficiais referirem ter tido contato com a formação em TIP no CFOP, sendo que estes consideram ter tido formação em pelo menos um dos módulos. Analisada a formação recebida, constatou-se que em 47% (n= 50) dos alunos esta ocorreu sem qualquer avaliação, em 21% (n= 22) a formação foi alvo de avaliação prática e só em 10% (n= 11) dos casos esta teve avaliação teórica e prática. No que concerne aos Oficiais que fizeram a formação, 36% (n= 115) foi sem qualquer avaliação, 19% (n= 61) com ambas as avaliações e 14% com avaliação prática. Por isso se constata que a formação não decorre, em ambos os casos, de acordo com o Regulamento do CTIP.

Apurar se a formação em Técnicas de Intervenção Policial ministrada no CFOP é considerada adequada às funções do Oficial de Polícia.

Entende-se que o objetivo foi cumprido. Questionados sobre a importância de receber a formação em TIP no CFOP, 98% dos alunos e dos Oficiais respondeu que sim. Paralelamente, uma grande percentagem dos dois grupos inquiridos teve algum tipo de formação, considerando-a de “muita utilidade” para determinadas funções específicas de



um Oficial de Polícia, como situações de “análise e decisão tática” ou para a “apreciação superior do uso dos meios coercivos”. Através de questões de âmbito operacional (se já manietou/algemo; utilizou meios coercivos de baixa potencialidade letal ou se já perseguiu algum suspeito) colocadas aos Oficiais, foi possível constatar que em todas elas, de forma majoritária, entre os 71% e os 85%, os Oficiais já executaram essas ações, revelando aqui também a necessidade que estas situações impõem aos conhecimentos técnicos específicos. Porém, nas várias questões sobre o seu nível de preparação para executar ações de âmbito técnico policial abrangidas especificamente pelo CTIP, apurou-se que alunos e Oficiais se sentem majoritariamente “pouco preparados” em todas. Constatou-se, em ambos os grupos em estudo, que quem teve formação no CFOP, nomeadamente com ambas as avaliações, se sente, de uma forma geral, mais preparado do que aqueles que não fizeram nenhuma formação, que majoritariamente se sentem “pouco preparados” ou “nada preparados”.

Daí se registar que os alunos, em 41% (n= 43) dos casos tenham respondido que se sentem “pouco satisfeitos” e em 27% (n= 29) dos casos que se sentem “insatisfeitos”, com a formação recebida no CFOP. Também os Oficiais, em 47% (n=150) dos casos se consideram “pouco satisfeitos” e em 26% (82) se dizem “insatisfeitos”. Conclui-se que a formação em TIP no CFOP não vai ao encontro das necessidades percecionadas pelos alunos e Oficiais.

Determinar o nível de importância da formação contínua em Técnicas de Intervenção Policial para o desempenho das funções do Oficial de Polícia.

Considera-se este objetivo cumprido. Esta foi uma questão apenas colocada aos já Oficiais de Polícia, por se entender que estes eram os únicos com experiência efetiva nas funções de Oficial e, por isso, habilitados a responder de acordo com as suas reais perceções. Assim, apesar de haver Oficiais que nunca tiveram formação nesta área (pelas razões já apresentadas), de cerca de 64% (n= 204) dos oficiais inquiridos não ter recebido formação em TIP após o CFOP, e de 86% (n= 273) ter referido não ter recebido formação contínua nesta matéria, a quase maioria (46%) dos Oficiais respondentes considera ser “muito importante”, e igualmente 46% dos casos considera ser “importante”, para um Oficial de Polícia receber formação contínua em TIP. Da relação efetuada entre o nível de preparação para aplicar os conteúdos do CTIP com a formação recebida no CFOP, verifica-se que quem teve formação se sente melhor preparado do que quem não teve formação, assim como acontece com quem já fez formação após o CFOP. De referir que dos 46 Oficiais que disseram ter recebido formação contínua, 42 sentem-se “preparados” ou “muito preparados” face a quem não recebeu formação contínua, que majoritariamente se

sente “pouco preparado”. Destes 46 Oficiais que fizeram formação contínua, 70% (n= 32) já fez formação depois do CFOP. Dos restantes 273 Oficiais que não fizeram formação contínua, apenas 30% (n= 82) fez formação depois do CFOP. Face ao exposto, nomeadamente atendendo aos resultados obtidos de quem já recebeu formação contínua, conclui-se que a mesma é importante, alterando nesta categoria o paradigma de maioritariamente se dizerem “pouco preparados” para uma situação de “preparados” ou “muito preparados”. Importa considerar que muitos destes Oficiais que referiram ter tido formação contínua podem ter pertencido ou pertencer à UEP.

## CONCLUSÃO

Em relação às questões de investigação colocadas verificou-se o seguinte:

No que respeita à questão “Qual a percepção dos alunos e Oficiais de Polícia da importância da formação em Técnicas de Intervenção Policial?” apurou-se que pese embora as funções dos Oficiais de Polícia não sejam iminentemente de intervenção ou de resolução de ocorrências a todo o momento, através da revisão da literatura apresentada na parte teórica, ficou patente, que em muitas situações operacionais, no terreno, as funções do Oficial de Polícia exigem determinados conhecimentos técnicos para um bom desempenho da atividade de comando. Refere-se também que, aquando o envio dos inquéritos, pelo número de respostas obtidas em tão pouco tempo, aliadas ao *feedback* que muitas delas tiveram a nível particular por parte de alguns Oficiais, que este assunto se reveste de grande importância para os inquiridos. Através do questionário apurou-se que, no caso concreto, para funções de “análise e decisão tática”, a maioria dos alunos e dos Oficiais considera ser “muito útil” a formação em TIP. Quanto ao nível de utilidade desta formação para a apreciação do comandante sobre o uso dos meios coercivos, a maioria dos alunos e dos Oficiais considera ser “muito útil” para o desempenho dessa função. Questionados de forma direta sobre a importância do CTIP para as funções de Oficial de Polícia, os dois grupos responderam maioritariamente ser “muito importante” ou “importante”, sendo que, alunos e Oficiais, ambos de forma similar, na quase totalidade, consideram ser importante receber esta formação no CFOP. Conclui-se, assim, que alunos e Oficiais percecionam a formação em TIP como muito importante.

Relativamente à questão “Os atuais alunos do Curso de Formação de Oficiais de Polícia consideram importante a formação em Técnicas de Intervenção Policial para as suas futuras funções de Oficiais de Polícia?” constatou-se que uma grande percentagem dos alunos vê como “muito útil” a formação em TIP para o desempenho de determinadas funções cometidas aos Oficiais. A maioria dos alunos respondeu ser “muito importante” o CTIP para as funções de Oficial de Polícia. A quase totalidade dos alunos considera que receber esta formação no CFOP é importante para um Oficial de Polícia.

No que concerne à questão “Os Oficiais de Polícia, ex-alunos do Curso de Formação de Oficiais de Polícia consideram importante a formação em TIP para as suas funções?” verificou-se que os Oficiais de Polícia, já com experiência operacional, mantêm a mesma linha de respostas vista para os alunos, considerando “muito útil” a formação em TIP para funções de análise e decisão tática e para apreciação do uso dos meios coercivos. De forma também majoritária, responderam ser “muito importante” o CTIP para as funções de Oficial de Polícia. Tal como nos alunos, a quase totalidade dos Oficiais considera importante receber esta formação no CFOP, e a quase maioria entende ser “muito importante” ou “importante” receber formação contínua nesta área.

Em relação à questão “Os atuais alunos e os Oficiais de Polícia já receberam formação em Técnicas de Intervenção Policial?” foi possível verificar que a maioria dos alunos e dos Oficiais teve no CFOP contato com esta formação, sendo que de uma forma geral, estes consideram ter tido formação em algum dos módulos. Porém, apurou-se que nem sempre essa formação ocorreu como regulamentada, nomeadamente no que concerne à avaliação. Apurou-se ainda que uma percentagem elevada dos Oficiais já recebeu a formação após o CFOP e que apenas uma reduzida percentagem afirma ter recebido formação contínua nesta área.

Quanto à questão “Como se sentem os atuais alunos e os Oficiais de Polícia preparados ao nível das Técnicas de Intervenção Policial?” apurou-se que tanto os alunos como os Oficiais referem majoritariamente sentir-se “pouco preparados” para aplicar os conteúdos do CTIP. Verificou-se ainda, relativamente à satisfação com a formação recebida no CFOP, que a maioria dos inquiridos se sente “pouco satisfeito” ou “insatisfeito” com a formação recebida.

Face às conclusões obtidas neste estudo, afigura-se pertinente propor que o CTIP passe a ser de certificação obrigatória no CFOP, à semelhança do que acontece com o Plano de Formação de Tiro. O mesmo deve ser ministrado segundo o RCTIP, garantindo a validação da formação para os cinco anos previstos e proporcionando aos formandos horas de formação profissional. Neste sentido, deve ser encontrada uma data dentro de um período de interrupção letiva, no desenrolar do CFOP, de forma a possibilitar que o curso seja ministrado na íntegra. Considera-se que esta alteração iria proporcionar melhores resultados face aos que se verificam atualmente e, conseqüentemente, maior satisfação no seio dos jovens cadetes alunos, sempre ávidos de atividade policial, fator também a considerar para o sucesso da formação.

A par de todas motivações e ambições do investigador, existem sempre algumas limitações no decorrer das investigações. A presente não foi exceção. A primeira grande

limitação prende-se com a dificuldade sentida no acesso ao *software* de tratamento de dados, o que deixou o investigador dependente do tempo de terceiros, condicionando o seu próprio tempo, já curto para a realização do trabalho. A segunda limitação prende-se com razões do ponto de vista legal, por ser vedada a possibilidade de citar documentos classificados. Tratando-se de um trabalho eminentemente policial, era fundamental poder fazer referência a esses documentos, para melhor clarificar e cimentar muitas das opções tomadas e, conseqüentemente, para a melhoria do trabalho. Também a falta de bibliografia, nomeadamente no que concerne à formação profissional (técnica) dos polícias, foi um fator limitador para o desenvolvimento deste trabalho.

Outra das dificuldades percecionadas prende-se com uso dos inquéritos, que carecem ser bem concebidos para validar o que se pretende estudar, o que de uma forma geral julgamos ter sido conseguido, ainda que se aponta como limitação a opção tomada para garantir que o mesmo respondente apenas consiga responder uma única vez ao questionário, pois esta opção obriga a que cada inquirido tenha uma conta *Google (Gmail)*, caso contrário não conseguiria aceder ao inquérito, o que pode ter vedado a possibilidade de resposta por quem tivesse interesse em fazê-lo. Também o envio do questionário por correio eletrónico limitou que o inquérito chegasse a muitos respondentes, pois o elevado uso institucional desta ferramenta origina sempre uma subcarga de correspondência, o que se verificou pelo número de respostas de “não entregue”.

O presente trabalho de investigação na área da formação em TIP no CFOP deve ser encarado como um contributo para melhorar a formação dos futuros Oficiais de Polícia, bem como uma proposta de alternativas ao processo de formação existente, que melhore a formação dos futuros Oficiais e, conseqüentemente, as suas competências técnicas.

Assim, o presente trabalho deve ser visto como uma ajuda para uma possível reestruturação do plano de formação extracurricular existente no CFOP, de forma a melhor satisfazer as necessidades dos Oficiais de Polícia e da organização PSP.

Esta dissertação teve a primazia de tratar um tema que ainda não havia sido tratado no ISCPSP – o Curso de Técnicas de Intervenção Policial. Desta forma, poderá constituir o ponto de partida para uma replicação do estudo aos Chefes e aos Agentes da PSP. Propõe-se, também, que na mesma linha de análise sejam realizados estudos sobre outras formações de cariz técnico na PSP, que podiam ser consideradas no CFOP, como o Curso de Gestão de Ocorrências, a título de exemplo. A comparação com a formação de outras polícias nacionais e internacionais é também uma boa opção de estudo, que possibilitará compreender e comparar realidades diferentes, nesta área tão premente que é a formação profissional dos polícias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes, M. A. (2000). *Plano de Estudos do Curso de Formação a Oficial de Polícia: proposta de alteração - comentários & alterações*. Lisboa: Edição policopiada, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Basílio, M. P. (2010). O Desafio da Formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: Entre o Modelo Reativo e o Contingencial. *Administración & Desarrollo*, Vol. 52, N.º 38, 71-96.
- Beck, U. (1992). *Risk Society. Towards a New Society (2.ª ed.)*. London: Sage Publications.
- Bell, D. (2000). *The End of Ideology On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties (reimpressão)*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bittner, E. (2003). Aspectos do trabalho policial. Em C. P. Sociedade, *Livro 8*. São Paulo: Edusp.
- Borges, F. M. (2013). *O Perfil de Competências do Comandante de Esquadra: Gestor ou Líder? (Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais e Segurança Interna)*. Lisboa: ISCPSI.
- Brito, C. F. (2017). *Violência contra elementos policiais: Estudo das agressões no Comando Metropolitano de Lisboa (Dissertação de Mestrado)*. Lisboa: ISCPSI.
- Caetano, M. (2004). *Manual de Direito Administrativo (Vol. II, 7ª Reimpressão da 10ª edição)*. Coimbra: Almedina.
- Canotilho, J. G., & Moreira, V. M. (1993). *Constituição da república Portuguesa Anotada (3.ªed.)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Cardim, J. C. (2012). *Gestão da Formação nas Organizações (2.ª Ed.)*. Lisboa: Lidel.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da Investigação: Guia para autoaprendizagem, 2.ª ed*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Chaves, C. H. (1997). *Comando e Liderança*. Lisboa: Escola superior de Polícia.
- Clemente, P. J. (2015). *Cidadania, Polícia e Segurança*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Clemente, P. J. (2016). *Ética Policial - da eticidade da coacção policial*. Lisboa: ISCPSI - ICPOL.
- Correia, S. (1994). *Dicionário Jurídico da Administração Pública, Vol. VI*. Lisboa: Coimbra Editora.
- Cruz, J. V. (1998). *Formação Profissional em Portugal-Do Levantamento de Necessidades à Avaliação*. Lisboa: Edições Silabo.

- Delvin, D. W. (2003). *Policedo: The Official Police Method of Arrest And Self-Defense*. USA: Universal Publishers.
- Dias, H. V. (2012). *Metamorfoses da Polícia: Novos Paradigmas de Segurança e Liberdade*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- DNPSP. (2016). *Grandes Opeções Estrtégicas 2017-2020*. Lisboa: DNPSP.
- DNPSP. (2017). *Plano de Atividades da PSP - 2017*. Lisboa: DNPSP.
- Domingues, R. F. (2010). *Violência contra Policias na Divisão Policial de Loures - Prevalência, Factores individuais, Situacionais, Organizacionais e Sociais e Estratégias de Prevenção (Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais)*. Lisboa: ISCPSI.
- Elias, L. (2018). *Ciências Policiais e Segurança Interna: Desafios e Prospetiva*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Feldman, P. (1993). *The Psychology of Crime*. New york: Cambridge University Press.
- Fernandes, S. H. (2018). Desenvolvimento Policial e Criação de Cenários. Em N. Poiares, & R. Marta, *Segurança Interna: Desafios na Sociedade de Risco Mundial* (pp. 41-65). Lisboa: ICPOL - Centro de Investigação ISCPSI.
- Fielding, N. G. (1991). *The Police and Social Conflit. Rhetoric and Reality*. London: The Athlone Press.
- Fortin, M.-F. (2009). *O Processo de Investigação: da concepção à realização (5.ª ed.)*. (N. Salgueiro, Trad.). Loures: Lusociência.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2005). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Silabo.
- Hoffman, R., & Collingwood, T. R. (1995). *Fit for Duty. The Peace Officer's Guide to Total Fitness*. Champaign: Human Kinetics Publishers.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (1990). *Fundamentos de Metedologia Científica*. São Paulo: Atlas.
- Leonardo, J. (1994). Agressão e Violência. *Polícia Portuguesa ano LVI,II série, nº 88, Jul/Ago*.
- Marôco, J. (2014). *Análise Estatística com Spss Statistics (6.ª Edição)*. Lisboa: Report Number (Análise e Getão da Informação Lda).
- McCampbell, M. S. (1987). *Field Training for Police Officers: The State of the Art*. Virginia, USA: National Institute of Justice.
- Monteiro, P. (2002). *Consequências das Agressões aos Agentes da PSP*. Lisboa: ISCPSI.
- Moreira, M. J. (2011). *Recrutamento, selecção, formação e avaliação de desempenho na Polícia de Segurança Pública - repercussões na motivação, satisfação e desempenho (Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Humanos)*. Braga: Universidade do Minho.
- Nascimento, A. A. (2010). A Policia Civil do Rio de Janeiro: Breves considerações sobre a formação policial especializada. *segurança Urbana e Juventude, Vol. 3, N.º 2*.
- Oliveira, J. F. (2015). *A Manutenção da Ordem Pública em Democracia*. Lisboa: ISCPSI.
- Oliveira, N. M. (2012). *Análise do Grau de Satisfação dos Elementos Policiais da PSP, em Relação à Formação e Adequação da Defesa Pessoal (Dissertação de Mestrado em Ciências Policias)*. Lisboa: ISCPSI.

- Poiaries, N. (2013). *Mudar a Polícia ou Mudar os Polícias? O Papel da PSP na Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Horácio Piriquito.
- Poiaries, N. (2018). *As profissões (para)jurídicas em Portugal - Requisitos, Mandatos e Convergências*. Porto: Fronteira do Caos Editores Lda.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gravida.
- Raposo, J. (2006). *Direito Policial I*. Coimbra: Almedina.
- Ribeiro, F. (2015). *A mobilidade interna na PSP: as implicações no desempenho dos agentes de polícia (Dissertação de Mestrado em Ciências policiais e Segurança Interna)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Rodrigues, E. A. (2001). *Formação Para o Desempenho da Actividade policial: A Defesa Pessoal na Polícia de Segurança Pública (Trabalho final de Licenciatura em Ciências Policiais)*. Lisboa: ISCPSI.
- Rodrigues, E. A. (2018). Recurso a Armas de Fogo Contra Pessoas em Ações Policiais: Emoções. Em N. Poiaries, & R. Marta, *Segurança Interna - Desafios na Sociedade de Risco Mundial* (pp. 141-151). Lisboa: ICPOL - ISCPSI.
- Rodrigues, M. O. (2018). *Os Polícias não Choram- Toda a Verdade: Visão Multidisciplinar*. Lisboa: Prime Books.
- Santo, P. E. (2010). *Introdução à metodologia das ciências sociais: génese, fundamentos e problemas*. Lisboa: Edições Silabo.
- Saraiva, N. M. (2018). *O processo de formação inicial para a integração do agente recémformado - estudo de caso do programa Field Training Officer (Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais)*. Lisboa: ISCPSI.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Silva, G. M. (2001). *Ética Policial e Sociedade Democrática*. Lisboa: ISCPSI.
- Sousa, C. A. (2014). *A Formação de Oficiais de Polícia, Estudo de Caso numa Perspetiva Custo-Benefício (Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais)*. Lisboa: ISCPSI.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Tese e Relatórios*. Lisboa: PACTOR - Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea.
- Torres, L. M., & Araújo, M. M. (2010). O sistema de aprendizagem em alternância — alternativa ou mais do mesmo? *X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais* (pp. 1215-1231). Braga: Universidade do Minho.
- Trechsel, S. (1999). A Credibilidade da Polícia. Em *Seminário Internacional Sobre Direitos Humanos e Eficácia Policial* (pp. 37-42). Lisboa : IGAI.
- Valente, M. M. (2017). *Teoria Geral do Direito Policial (5.ª ed.)*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Velada, A. R. (2007). *Avaliação da eficácia da formação profissional: Factores que afectam a transferência da formação para o local de trabalho (Tese de Doutoramento)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Wilson, J. P. (2015). *Human resource development: Learning and training for individuals and organizations*. London: Kogan Paga Publishers.



## LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Decreto de Aprovação da Constituição de 1976-04-10, publicado no Diário da República n.º 86/1976, Série I, pp. 738 – 775. Presidência da República. Lisboa. Aprova a Constituição da República Portuguesa.

Lei n.º 7/90 de 20 de Fevereiro, publicada no Diário da República n.º 43/1990, Série I, pp. 670 – 684. Assembleia da República. Lisboa. Aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia de Segurança Pública – RDPSP.

Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, publicada no Diário da República n.º 168, I Série, pp. 6065 – 6074. Assembleia da República. Lisboa. Aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública.

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, publicada no Diário da República n.º 167/2008, I Série, pp. 6135 – 6141. Assembleia da República. Lisboa. Aprova a Lei de Segurança Interna.

Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de Novembro, publicado no Diário da República n.º 258/1999, Série I-A, pp. 7701 – 7703. Ministério da Administração Interna. Lisboa. Aprova o regime de utilização de armas de fogo e explosivos pelas forças e serviços de segurança.

Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de Outubro, publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 204, pp. 9054 – 9086. Assembleia da República. Aprova o Estatuto Profissional do Pessoal com Funções Policiais da Polícia de Segurança Pública – EPPFPSP.

Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, publicado no Diário da República n.º 249/2016, 3º Suplemento, Série I, pp. 5142-(33) a 5142-(40). Finanças. Lisboa. Define o regime da formação profissional na Administração Pública.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002, de 7 de Fevereiro de 2002, publicada no Diário da República n.º 50/2002, Série I-B, n.º 37/2002, pp. 1669 – 1671. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa. Aprova o Código Deontológico do Serviço Policial.

Portaria n.º 383/2008 de 29 de maio, publicado no Diário da República n.º 103/2008, Série I, pp. 3015 – 3020. Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Administração Interna. Lisboa. Estabelece a estrutura nuclear da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública e as competências das respetivas unidades orgânicas

Regulamento do Curso de Técnicas de Intervenção Policial, 2012, Direção Nacional da PSP. Lisboa

Regulamento do Curso de Formação de Formadores do Curso de Técnicas de Intervenção Policial, 2012, Direção Nacional da PSP. Lisboa

## FONTES ELETRÓNICAS

CIME (2001). Terminologia de Formação Profissional, Alguns Conceitos Base III. Direção Geral do Emprego e Formação Profissional, Lisboa. Disponível em: [https://sabiasque.pt/images/stories/dossiers/Terminologia\\_de\\_Formacao\\_Profissional\\_CIME\\_2001.pdf](https://sabiasque.pt/images/stories/dossiers/Terminologia_de_Formacao_Profissional_CIME_2001.pdf) (acedido em 20 de fevereiro de 2019)

XXI Governo Constitucional. (2015). Programa do XXI Governo Constitucional. [disponível em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa-dogoverno>] (acedido a 22 de fevereiro de 2019)

## **APÊNDICES**

**Apêndice A:** Pedido de autorização para aplicação dos questionários

**Apêndice B:** Autorização para aplicação dos questionários

**Apêndice C:** Inquérito aos alunos do ISCPSI

**Apêndice D:** Inquérito aos oficiais da PSP

**Apêndice E:** Cálculo da amostra para alunos e oficiais

## **APÊNDICE A**

Pedido de autorização para aplicação dos questionários

## POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

DIRECÇÃO DE ENSINO

SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor  
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de Recursos  
Humanos  
(Departamento de Formação)  
DN/PSP Largo da Penha de França, N.1  
1199-010 LISBOA

**Sua Referência:**

**Sua Comunicação:**

**Nossa Referência:** 327/SECDE/2018

**Classificador:** 080.01.10

**Processo:** SECDE201800001ASP

**Data:** 2018-11-05

**Assunto:** PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio, compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de ciências policiais, ciências jurídicas, ciências sociais e humanas e/ou ciências de desenvolvimento e adaptação motora.
2. O Aspirante a Oficial de Polícia Fernando de Abreu Santos irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema "Técnicas de Intervenção Policial: A Preparação no Curso de Oficiais de Polícia", do qual é orientador o Sr. Subintendente Prof. Doutor Ezequiel Agostinho Maciel Rodrigues.
3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para realização de aplicação de um questionário aos alunos do 1.º; 2.º; 3.º; 4.º e 5.º ano do CMICP, e aos oficiais da PSP com a formação do CFOP, assim como o acesso à lista com o número de matrícula para o envio do questionário via e-mail profissional, uma vez que os mesmos questionários são respondidos por essa via.
4. Atendendo à natureza do estudo, a aplicação dos questionários é essencial para a fundamentação das respostas ao problema do estudo.
5. Mais se informa V.ª Ex.ª de que o Aspirante a Oficial de Polícia Fernando Santos se compromete a obter de todos os participantes um termo de consentimento informado, bem como a utilizar as respostas obtidas apenas no âmbito da dissertação em questão.

O Diretor

Abílio Pinto Vieira  
Superintendente-Chefe



R. 1.º de Maio, nº3 1349-040 Lisboa Tel.: 213613900 Fax: 213610535 www.iscps.pt | iscps@pdp.pt

147458  
Página 1/1

## **APÊNDICE B**

### Autorização para aplicação dos questionários

**De:** ISCPSI - Direcção Ensino  
**Enviada:** quarta-feira, 7 de novembro de 2018 11:26  
**Para:** DN DEFORM  
**Cc:** Nuno Ricardo Pica Dos Santos; Paula Alexandra Da Conceição Cunha  
**Assunto:** Pedido de Colaboração em Trabalho de Mestrado Integrado Em Ciências Policiais

Exmo. Sr. Diretor do Departamento de Formação  
M.I. Superintendente Paulo Onofre

Encarrega-me o Exmo. Sr. Diretor de Estágio Comissário Nuno Pica dos Santos, de enviar a V. Ex.<sup>a</sup> os Ofícios em anexo, no qual se solicita autorização de obtenção de dados para a realização da dissertação de Mestrado dos Aspirantes Fernando Santos e da Carina Alves.

Cordiais cumprimentos

Joaquim Augusto Leite Veiga  
Agente Principal  
Direção de Ensino

Rua 1.ª de Maio, n.º 3 | 1349-040 Lisboa | PORTUGAL  
Tel: (+351) 21 361 39 00 | Email: javeiga@isp.pt

 policiasegurancapublica | iscpsi policia



 PT

**De:** DN DEFORM  
**Enviada:** sexta-feira, 9 de Novembro de 2018 14:56  
**Para:** ISCPSI - Direcção Ensino  
**Cc:** Paulo Jorge Da Silva Onofre; COMETLIS - Núcleo de Formação  
**Assunto:** FW: Pedido de Colaboração em Trabalho de Mestrado Integrado Em Ciências Policiais - Aspirantes Fernando Santos e Carina Alves

Exm<sup>o</sup>. Senhor  
Diretor do ISCPSI

Encarrega-me o Sr. Diretor do DF, Superintendente Paulo Onofre de enviar a V. Ex.<sup>a</sup>, o presente email, no qual Sua Ex.<sup>a</sup>. o DNA/UORH exarou o seguinte despacho:

"Autorizo.

9/11/2018

O Diretor Nacional Adjunto/UORH

José Ferreira de Oliveira

Superintendente-Chefe"

Departamento de Formação

T: +351 21 811 10 00 Ext. 11379/11542  
F: +351 21 811 10 58 E: deformat@isp.pt

 policiasegurancapublica



**De:** ISCPSI - Direcção Ensino  
**Enviado:** 12 de novembro de 2018 09:16  
**Cc:** Nuno Ricardo Pica Dos Santos  
**Assunto:** FW: Pedido de Colaboração em Trabalho de Mestrado Integrado Em Ciências Policiais - Aspirantes Fernando Santos e Carina Alves

Exmo(a) Sr.(a)  
Aspirante

Encarrega-me o Exmo. Sr. Diretor de Estágio, Comissário Nuno Pica dos Santos, de reenviar a V. Ex.<sup>a</sup> o presente e-mail no qual consta o despacho de autorização emanado por Sua Ex.<sup>a</sup>. o DNA/UORH.

Cordiais cumprimentos

Joaquim Augusto Leite Veiga  
Agente Principal  
Direção de Ensino

Rua 1.ª de Maio, n.º 3 | 1349-040 Lisboa | PORTUGAL  
Tel: (+351) 21 361 39 00 | Email: javeiga@isp.pt

 policiasegurancapublica | iscpsi policia



 PT

## **APÊNDICE C**

### **Inquérito aos alunos do ISCPSI**

08/02/2019

INQUÉRITO AOS ALUNOS DO ISCPSP

## INQUÉRITO AOS ALUNOS DO ISCPSP

O presente inquérito destina-se aos alunos do 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º Ano do Curso de Formação de Oficiais de Polícia e enquadra-se no âmbito da dissertação final do Mestrado Integrado em Ciências Policiais, a realizar pelo Aspirante a Oficial de Polícia Fernando de Abreu Santos, sob orientação do Subintendente Ezequiel Rodrigues.

O tema da dissertação é: "Técnicas de Intervenção Policial: A Preparação no Curso de Formação de Oficiais de Polícia"

Este questionário é anónimo e será utilizado exclusivamente para fins académicos.

Pedimos o favor de responder às perguntas colocadas, assinalando a resposta que lhe parecer mais adequada.

O inquérito é constituído por três secções:

I - Termo de consentimento informado;

II - Caracterização Sociodemográfica;

III - Técnicas de Intervenção Policial: Formação e Importância.

TODAS AS QUESTÕES são de resposta/marcação OBRIGATÓRIA.

Em todas as questões existe a possibilidade de seleccionar uma OPÇÃO NEUTRA para os casos em que o respondente NÃO QUEIRA ou NÃO SAIBA RESPONDER.

A marcação do NÃO consentimento, TERMINA o questionário, requerendo no entanto, que se prossiga em SEGUINTE e seguidamente em SUBMETER.

Na Caracterização Sociodemográfica, os campos IDADE e NÚMERO DE ANOS DE SERVIÇO NA PSP são preenchidos com a introdução do número correspondente.

\*\*no campo NÚMERO DE ANOS DE SERVIÇO NA PSP, os CADETES DO 1.º ANO que ainda não tenham um ano de serviço devem assumir que já têm um ano de serviço, RESPONDENDO 1.

Na secção Técnicas de Intervenção Policial: Formação e Importância, as questões aparecem de forma isolada, sendo necessário fazer SEGUINTE após cada resposta até à última questão, depois da qual devem SUBMETER o questionário.

É possível voltar às questões anteriores e alterar a resposta dada, através da opção ANTERIOR.

Só após SUBMETER é que o questionário será VÁLIDO e ENVIADO ao remetente.

Gratos pela colaboração e sinceridade

\*Obrigatório

"Entre nós muito... Pelos outros TUDO"



<https://docs.google.com/forms/d/1R8gsi1Zx1ObrTO6ckEGaqPsfIP3ZXIFG-pNoL2JmM/edit>

1/6



08/02/2019

INQUÉRITO AOS ALUNOS DO ISCPSP

## I - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Declaro que tomei conhecimento e fiquei ciente dos objetivos do estudo, bem como das garantias de confidencialidade e da minha livre decisão em participar no mesmo, assim como do direito de poder ser informado acerca dos seus resultados, através do seguinte contacto: [fabsantos@psp.pt](mailto:fabsantos@psp.pt) \*

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não      Passe para "O questionário chegou ao fim. Obrigado pela sua colaboração.."

## II - Caracterização Sociodemográfica

### 1 - Idade \*

\_\_\_\_\_

### 2 - Sexo \*

Marcar apenas uma oval.

☐ Masculino

☐ Feminino

### 3 - Habilitações literárias \*

Marcar apenas uma oval.

☐ 12.º Ano

☐ Licenciatura

☐ Pós-Graduação

☐ Mestrado

☐ Doutoramento

☐ Outra

### 4 - Categoria \*

Marcar apenas uma oval.

☐ Cadete 1.º Ano

☐ Cadete 2.º Ano

☐ Cadete 3.º Ano

☐ Cadete 4.º Ano

☐ Aspirante a Oficial de Polícia

### 5 - Número de anos de serviço na PSP?

(considerar o tempo do Curso de Formação de Oficiais, do Curso de Formação de Chefes e do Curso de Formação de Agentes, se for o caso) \*

\_\_\_\_\_

## III - Técnicas de Intervenção Policial: Formação e Importância

08/02/2019

INQUÉRITO AOS ALUNOS DO ISCP SI

**6 - Qual o seu grau de conhecimento acerca dos conteúdos do Curso de Técnicas de Intervenção Policial (CTIP)? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Desconheço
- ☐ Conheço pouco
- ☐ Conheço
- ☐ Conheço bem
- ☐ Não sabe/Não responde

**III - Técnicas de Intervenção Policial: Formação e Importância****7 - Durante o Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP) já teve contacto com ALGUM dos seguintes módulos do Curso de Técnicas de Intervenção Policial: Técnicas de Defesa Policial, Abordagem de Viaturas, Movimento Tático ou Intervenção Rápida? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe/Não responde

**III - Técnicas de Intervenção Policial: Formação e Importância****8 - Durante o CFOP já teve formação em ALGUM dos seguintes módulos do Curso de Técnicas de Intervenção Policial: Técnicas de Defesa Policial, Abordagem de Viaturas, Movimento Tático ou Intervenção Rápida, com a respetiva avaliação teórica e/ou prática? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Não teve formação em nenhum dos módulos
- ☐ Sim, sem qualquer avaliação
- ☐ Sim, só com avaliação teórica
- ☐ Sim, só com avaliação prática
- ☐ Sim, com ambas as avaliações
- ☐ Não sabe/Não responde

**III - Técnicas de Intervenção Policial: Formação e Importância****9 - Tendo em conta, TODA A FORMAÇÃO recebida ao longo do CFOP, como classifica o seu nível de preparação para aplicar Técnicas de Defesa Policial a um suspeito violento? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Nada preparado
- ☐ Pouco preparado
- ☐ Preparado
- ☐ Muito preparado
- ☐ Não sabe/Não responde

**III - Técnicas de Intervenção Policial: Formação e Importância**

08/02/2019

INQUÉRITO AOS ALUNOS DO ISCP SI

**10 - Tendo em conta, TODA A FORMAÇÃO recebida ao longo do CFOP, como classifica o seu nível de preparação, para efetuar uma algemagem de alto risco sem colaboração a um suspeito? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Nada preparado  
☐ Pouco preparado  
☐ Preparado  
☐ Muito preparado  
☐ Não sabe/Não responde

### III - Técnicas de Intervenção Policial: Formação e Importância

**11 - Tendo em conta, TODA A FORMAÇÃO recebida ao longo do CFOP, como classifica o seu nível de preparação para aplicar impactos de defesa, com o bastão policial, num suspeito violento? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Nada preparado  
☐ Pouco preparado  
☐ Preparado  
☐ Muito preparado  
☐ Não sabe/Não responde

### III - Técnicas de Intervenção Policial: Formação e Importância

**12 - Tendo em conta, TODA A FORMAÇÃO recebida ao longo do CFOP, como classifica o seu nível de preparação para efetuar uma abordagem de alto risco sem colaboração a uma viatura? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Nada preparado  
☐ Pouco preparado  
☐ Preparado  
☐ Muito preparado  
☐ Não sabe/Não responde

### III - Técnicas de Intervenção Policial: Formação e Importância

**13 - Tendo em conta, TODA A FORMAÇÃO recebida ao longo do CFOP, como classifica o seu nível de preparação para efetuar movimentação tática no interior de edifícios? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Nada preparado  
☐ Pouco preparado  
☐ Preparado  
☐ Muito preparado  
☐ Não sabe/Não responde

### III - Técnicas de Intervenção Policial: Formação e Importância

08/02/2019

INQUÉRITO AOS ALUNOS DO ISCPSP

**14 - Tendo em conta, TODA A FORMAÇÃO recebida ao longo do CFOP, como classifica o seu nível de preparação para efetuar movimentação tática no exterior de edifícios? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Nada preparado
- ☐ Pouco preparado
- ☐ Preparado
- ☐ Muito preparado
- ☐ Não sabe/Não responde

### III - Técnicas de Intervenção Policial: Formação e Importância

**15 - Tendo em conta, TODA A FORMAÇÃO recebida ao longo do CFOP, como classifica o seu nível de preparação para estabelecer diretrizes para a primeira abordagem de Incidentes Tático Policiais (ITPs)? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Nada preparado
- ☐ Pouco preparado
- ☐ Preparado
- ☐ Muito preparado
- ☐ Não sabe/Não responde

### III - Técnicas de Intervenção Policial: Formação e Importância

**16 - Como futuro comandante, num policiamento, como classifica o nível de utilidade que o curso de Técnicas de Intervenção Policial pode ter para a sua análise e decisão tática? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Nada útil
- ☐ Pouco útil
- ☐ Útil
- ☐ Muito útil
- ☐ Não sabe/Não responde

### III - Técnicas de Intervenção Policial: Formação e Importância

**17 - Como futuro comandante, nas funções de supervisão e avaliação do uso de meios coercivos, como classifica o nível de utilidade que o curso de Técnicas de Intervenção Policial pode ter na sua apreciação? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Nada útil
- ☐ Pouco útil
- ☐ Útil
- ☐ Muito útil
- ☐ Não sabe/Não responde

### III - Técnicas de Intervenção Policial: Formação e Importância

08/02/2019

INQUÉRITO AOS ALUNOS DO ISCP SI

**18 - Na sua opinião, qual o nível de importância que o Curso de Técnicas de Intervenção Policial tem para as funções de um Oficial de Polícia? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Nada importante
- ☐ Pouco importante
- ☐ Importante
- ☐ Muito importante
- ☐ Não sabe/Não responde

### III - Técnicas de Intervenção Policial: Formação e Importância

**19 - Qual o seu nível de satisfação com a formação em Técnicas de Intervenção Policial recebida no CFOP? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Insatisfeito
- ☐ Pouco satisfeito
- ☐ Satisfeito
- ☐ Muito Satisfeito
- ☐ Não sabe/Não responde

### III - Técnicas de Intervenção Policial: Formação e Importância

**20 - Na sua opinião, receber formação em Técnicas de Intervenção Policial durante o CFOP é importante para a formação de um Oficial de Polícia? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe/Não responde

**O questionário chegou ao fim. Obrigado pela sua colaboração.**

Com tecnologia  
 Google Forms

## **APÊNDICE D**

### **Inquérito aos oficiais da PSP**



08/02/2019

INQUÉRITO AOS OFICIAIS DA PSP

## INQUÉRITO AOS OFICIAIS DA PSP

O presente inquérito destina-se aos oficiais da Polícia de Segurança Pública (PSP), oriundos do Curso de Formação de Oficiais de Polícia e enquadra-se no âmbito da dissertação final do Mestrado Integrado em Ciências Policiais, a realizar pelo Aspirante a Oficial de Polícia Fernando de Abreu Santos, sob orientação do Subintendente Ezequiel Rodrigues.

O tema da dissertação é: "Técnicas de Intervenção Policial: A Preparação no Curso de Formação de Oficiais de Polícia"

Este questionário é anónimo e será utilizado exclusivamente para fins académicos. Pedimos o favor de responder às perguntas colocadas, assinalando a resposta que lhe parecer mais adequada.

O inquérito é constituído por três secções:

- I - Termo de consentimento informado;
- II - Caracterização Sociodemográfica;
- III - Técnicas de Intervenção Policial: Formação e Importância.

TODAS AS QUESTÕES são de resposta/marcação OBRIGATÓRIA.

Em todas as questões existe a possibilidade de seleccionar uma OPÇÃO NEUTRA para os casos em que o respondente NÃO QUEIRA ou NÃO SAIBA RESPONDER.

A marcação do NÃO consentimento, TERMINA o questionário, requerendo no entanto, que se prossiga em SEGUINTE e seguidamente em SUBMETER.

Na Caracterização Sociodemográfica, os campos IDADE e NÚMERO DE ANOS DE SERVIÇO NA PSP são preenchidos com a introdução do número correspondente.

Na secção Técnicas de Intervenção Policial: Formação e Importância, as questões aparecem de forma isolada, sendo necessário fazer SEGUINTE após cada resposta até à última questão, depois da qual devem SUBMETER o questionário.

É possível voltar às questões anteriores e alterar a resposta dada, através da opção ANTERIOR.

Só após SUBMETER é que o questionário será VÁLIDO e ENVIADO ao remetente.

Gratos pela colaboração e sinceridade

\*Obrigatório

**"Entre nós muito... Pelos outros, TUDO"**



<https://docs.google.com/forms/d/1WfGD1BLld8NtSFGKsqKsQGS8A8qvVamb0FMuDN8rvI4/edit>

1/8

08/02/2019

INQUÉRITO AOS OFICIAIS DA PSP

**I - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO**

Declaro que tomei conhecimento e fiquei ciente dos objetivos do estudo, bem como das garantias de confidencialidade e da minha livre decisão em participar no mesmo, assim como do direito de poder ser informado acerca dos seus resultados, através do seguinte contacto: [fab Santos@rsp.pt](mailto:fab Santos@rsp.pt) \*

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

Passe para "O questionário chegou ao fim. Obrigado pela sua colaboração.."

**II - Caracterização Sociodemográfica****1 - Idade \***

---

**2 - Sexo \***

Marcar apenas uma oval.

☐ Masculino

☐ Feminino

**3 - Habilitações literárias \***

Marcar apenas uma oval.

☐ 12.º Ano

☐ Licenciatura

☐ Pós-Graduação

☐ Mestrado

☐ Doutoramento

☐ Outra

**4 - Categoria \***

Marcar apenas uma oval.

☐ Subcomissário

☐ Comissário

☐ Subintendente

☐ Intendente

☐ Superintendente

☐ Superintendente-chefe

**5 - Número de anos de serviço na PSP?**

(considerar o Curso de Formação de Oficiais, Curso de Formação de Chefes e Curso de Formação de Agentes, se for o caso) \*

---

**III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA**

<https://docs.google.com/forms/d/1WtGD1BLLd8NfSFGKsqKsQGS6A8qvVamb0FMuDN8rvI4/edit>

2/8



08/02/2019

INQUÉRITO AOS OFICIAIS DA PSP

**6 - Qual o seu grau de conhecimento acerca dos conteúdos do Curso de Técnicas de Intervenção Policial (CTIP)? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Desconheço
- ☐ Conheço pouco
- ☐ Conheço
- ☐ Conheço bem
- ☐ Não sabe/Não responde

**III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA****7 - No Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP) teve contacto com ALGUM dos seguintes módulos do Curso de Técnicas de Intervenção Policial: Técnicas de Defesa Policial, Abordagem de Viaturas, Movimento Tático ou Intervenção Rápida? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe/Não responde

**III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA****8 - No CFOP teve formação em ALGUM dos seguintes módulos do Curso de Técnicas de Intervenção Policial: Técnicas de Defesa Policial, Abordagem de Viaturas, Movimento Tático ou Intervenção Rápida, com a respetiva avaliação teórica e/ou prática no CFOP? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Não tive formação em qualquer módulo
- ☐ Sim, sem qualquer avaliação
- ☐ Sim, só com avaliação teórica
- ☐ Sim, só com avaliação prática
- ☐ Sim, com ambas as avaliações
- ☐ Não sabe/Não responde

**III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA****9 - Tendo em conta, TODA A FORMAÇÃO recebida ao longo do CFOP, como classifica o seu nível de preparação para aplicar Técnicas de Defesa Policial a um suspeito violento? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Nada Preparado
- ☐ Pouco preparado
- ☐ Preparado
- ☐ Muito preparado
- ☐ Não sabe/Não responde

08/02/2019

INQUÉRITO AOS OFICIAIS DA PSP

**III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA**

10 - Tendo em conta, TODA A FORMAÇÃO recebida ao longo do CFOP, como classifica o seu nível de preparação, para efetuar uma algemagem de alto risco sem colaboração a um suspeito? \*

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nada preparado
- ☐ Pouco preparado
- ☐ Preparado
- ☐ Muito preparado
- ☐ Não sabe/Não responde

**III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA**

11 - Tendo em conta, TODA A FORMAÇÃO recebida ao longo do CFOP, como classifica o seu nível de preparação para aplicar impactos de defesa, com o bastão policial, num suspeito violento? \*

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nada Preparado
- ☐ Pouco preparado
- ☐ Preparado
- ☐ Muito preparado
- ☐ Não sabe/Não responde

**III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA**

12 - Tendo em conta, TODA A FORMAÇÃO recebida ao longo do CFOP, como classifica o seu nível de preparação para efetuar uma abordagem de alto risco sem colaboração a uma viatura? \*

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nada Preparado
- ☐ Pouco preparado
- ☐ Preparado
- ☐ Muito preparado
- ☐ Não sabe/Não responde

**III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA**

08/02/2019

INQUÉRITO AOS OFICIAIS DA PSP

**13 - Tendo em conta, TODA A FORMAÇÃO recebida ao longo do CFOP, como classifica o seu nível de preparação para efetuar movimentação tática no interior de edifícios? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Nada Preparado  
☐ Pouco preparado  
☐ Preparado  
☐ Muito preparado  
☐ Não sabe/Não responde

### III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA

**14 - Tendo em conta, TODA A FORMAÇÃO recebida ao longo do CFOP, como classifica o seu nível de preparação para efetuar movimentação tática no exterior de edifícios? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Nada preparado  
☐ Pouco preparado  
☐ Preparado  
☐ Muito preparado  
☐ Não sabe/Não responde

### III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA

**15 - Tendo em conta, TODA A FORMAÇÃO recebida ao longo do CFOP, como classifica o seu nível de preparação para estabelecer diretrizes para a primeira abordagem de Incidentes Tático Policiais (ITPs)? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Nada preparado  
☐ Pouco preparado  
☐ Preparado  
☐ Muito preparado  
☐ Não sabe/Não responde

### III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA

**16 - Qual o seu nível de satisfação com a formação em Técnicas de Intervenção Policial recebida no CFOP? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Insatisfeito  
☐ Pouco satisfeito  
☐ Satisfeito  
☐ Muito satisfeito  
☐ Não sabe/Não responde

08/02/2019

INQUÉRITO AOS OFICIAIS DA PSP

**III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA****17 – Já fez o Curso de Técnicas de Intervenção Policial, após o CFOP? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe/Não responde

**III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA****18 – Tem recebido formação contínua em Técnicas de Intervenção Policial? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe/Não responde

**III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA****19 – Atualmente como classifica o seu nível de preparação para aplicar os conteúdos do Curso de Técnicas de Intervenção Policial? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Nada preparado
- ☐ Pouco preparado
- ☐ Preparado
- ☐ Muito preparado
- ☐ Não sabe/Não responde

**III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA****20 – Como comandante, num policiamento, como classifica o nível de utilidade que o curso de Técnicas de Intervenção Policial pode ter para a sua análise e decisão tática? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Nada útil
- ☐ Pouco útil
- ☐ Útil
- ☐ Muito útil
- ☐ Não sabe/Não responde

**III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA**

08/02/2019

INQUÉRITO AOS OFICIAIS DA PSP

**21 - Nas funções de supervisão e avaliação do uso de meios coercivos, como classifica o nível de utilidade que o curso de Técnicas de Intervenção Policial pode ter na sua apreciação? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Nada útil
- ☐ Pouco útil
- ☐ Útil
- ☐ Muito útil
- ☐ Não sabe/Não responde

### III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA

**22 - Em serviço, já manietou e/ou algemou um suspeito? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe/não responde

### III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA

**23 - Em serviço, já utilizou meios coercivos de baixa potencialidade num suspeito? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe/Não responde

### III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA

**24 - Em serviço, já perseguiu de forma apeada um suspeito? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe/Não responde

### III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA

08/02/2019

INQUÉRITO AOS OFICIAIS DA PSP

**25 - Na sua opinião, qual o nível de importância que o Curso de Técnicas de Intervenção Policial tem para as funções de um Oficial de Polícia? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Nada importante
- ☐ Pouco importante
- ☐ Importante
- ☐ Muito importante
- ☐ Não sabe/Não responde

### III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA

**26 - Na sua opinião, é importante para um oficial de polícia receber formação contínua em Técnicas de Intervenção Policial? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Nada importante
- ☐ Pouco importante
- ☐ Importante
- ☐ Muito importante
- ☐ Não sabe/Não responde

### III – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL: FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA

**27 - Na sua opinião, receber formação em Técnicas de Intervenção Policial durante o CFOP é importante para a formação de um Oficial de Polícia?**

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe/Não responde

**O questionário chegou ao fim. Obrigado pela sua colaboração.**

Com tecnologia  
 Google Forms

## **APÊNDICE E**

### **Cálculo da amostra para alunos e oficiais**

## Cálculo da amostra para alunos e oficiais

$$n = \frac{p \times (1 - p)}{\frac{\varepsilon^2}{z_{\alpha/2}^2} + \frac{p \times (1 - p)}{N}}$$

Alunos

Se:

$$p = 0,5$$

$$\varepsilon = 0,05$$

$$z_{\alpha/2} = 1,96$$

$$N = 133$$

Então:

$$n = \frac{p \times (1 - p)}{\frac{\varepsilon^2}{z_{\alpha/2}^2} + \frac{p \times (1 - p)}{N}}$$

$$n = \frac{0,5 \times (1 - 0,5)}{\frac{0,05^2}{1,96^2} + \frac{0,5 \times (1 - 0,5)}{133}}$$

$$n = 99$$

Oficiais

Se:

$$p = 0,5$$

$$\varepsilon = 0,05$$

$$z_{\alpha/2} = 1,96$$

$$N = 619$$

Então:

$$n = \frac{p \times (1 - p)}{\frac{\varepsilon^2}{z_{\alpha/2}^2} + \frac{p \times (1 - p)}{N}}$$

$$n = \frac{0,5 \times (1 - 0,5)}{\frac{0,05^2}{1,96^2} + \frac{0,5 \times (1 - 0,5)}{619}}$$

$$n = 238$$